

Revisão de direito do Boston College

Volume 62 | Questão 5

Artigo 7

25/05/2021

Rejeição da rejeição 'injustificada': por que os tribunais de família devem excluir especialistas em alienação parental

Alyssa G. Rao

Boston College Law School, alyssa.rao@bc.edu

Siga este e outros trabalhos em: <https://lawdigitalcommons.bc.edu/bclr>



Parte de [Evidence Commons](#), [Family Law Commons](#), e as [Direito e Gênero Comuns](#)

Citação Recomendada

Alyssa G. Rao, Rejeitando a rejeição 'injustificada': Por que os tribunais de família deveriam excluir especialistas em alienação parental, 62 BCL Rev. 1759 (2021),

<https://lawdigitalcommons.bc.edu/bclr/vol62/iss5/7>

Estas notas são fornecidas a você para acesso livre e aberto pelos Law Journals da Digital Commons @ Boston College Law School. Foi aceito para inclusão na Boston College Law Review por um editor autorizado da Digital Commons @ Boston College Law School. Para mais informações por favor entre em contatonick.szydowski@bc.edu.

REJEITANDO A REJEIÇÃO 'NÃO JUSTIFICADA': POR QUE OS TRIBUNAIS DE FAMÍLIA DEVEM EXCLUIR OS PERITOS EM ALIENAÇÃO DOS PAIS

Resumo: A alienação parental é um transtorno mental proposto controverso e contestado, pelo qual as crianças rejeitam injustificadamente um dos pais por causa da influência do outro. Um dos pais frequentemente levanta a alienação parental no tribunal de família quando o outro pai faz uma acusação de violência doméstica. Apesar de aparecer no discurso jurídico, nenhuma organização profissional reconhece oficialmente a alienação parental ou o conceito relacionado de síndrome de alienação parental, a teoria antifeminista original da qual deriva a alienação parental. Os defensores da violência doméstica criticam veementemente os dois “distúrbios” porque as teorias podem minar as alegações legítimas e relativas a abusos. No entanto, os tribunais convidam esses especialistas para o tribunal para ajudar na tomada de decisões de custódia. Esta Nota argumenta que o depoimento do especialista em alienação parental não atende aos padrões de evidências do estado para admissibilidade. Esta Nota também sugere que os tribunais devem ser cautelosos ao considerar alegações de abuso, pois as consequências de uma decisão judicial equivocada podem ser perigosas para crianças e sobreviventes de violência doméstica.

INTRODUÇÃO

Quando Ana Ionescu, de dez anos de idade, entrou em um Tribunal de Família de Nova Jersey em meio ao divórcio conflituoso de seus pais, ela estava determinada a convencer o juiz de que ela e seu irmão, Alex, deveriam morar com o pai. -porque sua mãe abusou deles fisicamente.¹ Em vez de atender ao pedido dos filhos, o juiz, seguindo o conselho de um psicólogo, concedeu a guarda exclusiva dos filhos à mãe, o pai enfrentando alegações de abuso.² Ele então mandou as crianças Ionescu para um acampamento de terapia familiar com sua mãe, onde terapeutas trabalharam para convencer as crianças de que o abuso nunca aconteceu.³ O juiz fez essas determinações com base no depoimento de um especialista

¹ Revelar, amarga custódia, CTR. PARA euINVESTIGATIVA REPORTING& PRX (9 de março de 2019), <https://describenews.org/podcast/bitter-custody/> [<https://perma.cc/ZV7P-PGPS>] (detalhando como um juiz do tribunal de família usou a síndrome de alienação parental como um justificativa para separar os filhos Ionescu de seu pai / mãe com custódia preferencial). O podcast da Custódia Amarga conta a história das crianças Ionescu na perspectiva de Ana Ionescu, agora adulta, que afirma que a mãe abusava dela e do irmão. Identificação.

² *Identificação.* Ana e seu irmão alegaram que a mãe muitas vezes se recusava a alimentá-los, quebrava seus pertences quando ela estava com raiva e gritava com eles de forma inadequada. Identificação. Ana também acusou a mãe de tentar estrangulá-la. Identificação. As duas crianças Ionescu disseram ao juiz que tinham medo de sua mãe e enfatizaram que queriam morar com seu pai por causa do abuso de sua mãe. Identificação.

³ *Identificação.* O programa para o qual o juiz enviou as crianças Ionescu e sua mãe, Family Bridges, custa US \$ 20.000. Identificação. Enquanto estavam na Family Bridges, as crianças não tiveram acesso à sua cela

Mony que as crianças Ionescu estavam sofrendo de síndrome de alienação parental nas mãos de seu pai.⁴

A síndrome de alienação parental é uma proposta de distúrbio psicológico controverso, pelo qual um dos pais manipula a criança para denegrir e temer genuinamente o outro pai sem justificativa.⁵ Apesar da existência da síndrome de alienação parental no discurso psicológico por décadas, ela ainda não foi aceita por nenhuma das principais organizações científicas, incluindo a American Psychiatric Association (APA) e a Organização Mundial da Saúde.⁶ Os redatores das versões mais recentes do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-5) e da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) se recusaram a incluir a síndrome de alienação parental em qualquer um desses diagnósticos altamente respeitados e utilizados ferramentas, apesar das propostas dos defensores da síndrome.⁷

telefones e não tinham permissão para falar com o pai. Identificação. Os psicólogos que administravam o programa disseram às crianças que elas não poderiam ir embora até que concordassem que seu pai as doutrinasse. Identificação.

⁴ *Identificação.*

⁵ Richard A. Gardner, Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Disputes?, 30 AM. J. FSOU. THERAPY 93, 95 (2002); ver Kelly Schwartz, Nota, The Kids Are Not All Right: Using the Best Interest Standard to Prevent Parental Alienation and a Therapeutic Intervention Approach to Provide Relief, 56 BCL REV. 803, 806-10 (2015) (explicando a história e a controvérsia subjacente à síndrome de alienação parental). O Dr. Richard Gardner propôs a síndrome de alienação parental em 1985 para explicar as acusações de abuso parental em disputas pela custódia dos filhos. Gardner, *supra*, em 95. Ele definiu a síndrome de alienação parental como:

[A] transtorno da infância que surge quase exclusivamente no contexto de disputas pela guarda dos filhos. Sua manifestação primária é a campanha da criança de difamação contra um pai, uma campanha que não tem justificativa. Resulta da combinação das doutrinações dos pais programadores (lavagem cerebral) e as próprias contribuições da criança para a difamação do pai alvo.

Identificação. A alienação parental é um desdobramento da síndrome de alienação parental. Identificação. em 98. Gardner, um dos muitos teóricos da alienação parental, diferencia os dois postulando que a síndrome de alienação parental é um transtorno mental que se manifesta na criança, enquanto a alienação parental é um conjunto de comportamentos que um pai exhibe para alienar a criança do outro pai. Identificação. em 94-96.

⁶ *O Conselho de Curadores da APA aprova DSM-5, UMAM. PSÍQUIÁTRICA UMAWL'N* (1 de dezembro de 2012), <http://alert.psychnews.org/2012/12/apa-board-of-trustees-approves-dsm-5.html> [<https://perma.cc/PS9J-94BL>] (anunciando a rejeição da síndrome de alienação parental na quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da American Psychiatric Association (DSM-5)); ver Richard A. Gardner, Tendências Recentes em Litígios de Divórcio e Custódia, 29 Acafaeste. F. 3, 3-7 (1985) (articulando, pela primeira vez, o conceito de síndrome de alienação parental). A American Psychiatric Association (APA) é a comunidade profissional líder em saúde mental americana. Sobre APA, AM. PSÍQUIÁTRICA UMAWL'N, <https://www.apa.org/about/> [<https://perma.cc/B8G2-U4EF>].

⁷ Ver CILLIAM BERNET, PARENTAL UMALIENAÇÃO, DSM-5, E CID-11, em 3-7 (2010) (articulando que o objetivo desta proposta é angariar a inclusão da alienação parental no DSM-5 e na Classificação Internacional de Doenças (CID-11)); ver também ICD v. DSM, 40 MONITOR ON PSYCH., Outubro de 2009, em 63, <https://www.apa.org/monitor/2009/10/icd-dsm> [<https://perma.cc/6TZP-62MV>] (explicando que tanto o ICD quanto os DSM são sistemas de diagnóstico respeitados nos Estados Unidos e em todo o mundo). A APA rejeitou esta proposta em 2012. O Conselho de Curadores da APA aprova o DSM-5, nota supra A APA publica o Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM), o

Mesmo que o transtorno tenha sido excluído de ferramentas de diagnóstico como o DSM-5 e o CID-11, litigantes em casos de divórcio de alto conflito e custódia de filhos frequentemente fazem referência à síndrome de alienação parental e à construção mais moderna de tal sintomatologia, alienação parental.⁸ Embora semelhantes, a síndrome de alienação parental e a alienação parental são conceitos distintos.⁹ Simplificando, a síndrome de alienação parental concentra-se no comportamento problemático e antagônico dos pais, que leva os filhos a rejeitarem o outro pai não alienante.¹⁰ Alternativamente, a alienação parental, sugerem alguns teóricos, olha apenas para o comportamento da chamada criança alienada e como essa criança reage ao pai não alienante e alienado.¹¹

ferramenta padrão usada nos Estados Unidos por profissionais de saúde mental em uma base “periódica []”. DSM-5: Perguntas frequentes, AM. PSÍQUIÁTRICA UMAWL’N, <https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm/feedback-and-questions/freqüentemente-perguntado-perguntas> [<https://perma.cc/FJ7G-8X4L>] (explicando que o DSM foi embora através de várias revisões desde seu início em 1952); O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos de Saúde Mental, AM. PSÍQUIÁTRICA UMAWL’N, https://www.apaservices.org/practice/reimbursement/icd-diagnostic/dsm-5?_ga=2.3103152.1232791211.1579566596-283699059.1575261566 [<https://perma.cc/TX24-566Q>]. A comunidade internacional de saúde mental, supervisionada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), publica a Classificação Internacional de Doenças (CID), que, como o DSM-5, é um sistema de classificação usado para diagnosticar transtornos mentais. Consulte a OMS lança a nova classificação internacional de doenças (CID-11), WORLD HEALTH ORG. (18 de junho de 2018), <https://www.who.int/news-room/detail/18-06-2018-who-releases-new-international-classification-of-diseases-icd-11> [<https://perma.cc/K5AE-7NWG>]. O CID é usado para estatísticas e informações de faturamento nos Estados Unidos e internacionalmente. CORLD HEALTH ORG., PERGUNTAS FREQUENTES’S PARACID-11, <https://www.who.int/classifications/icd/revision/icd11faqs.pdf> [<https://perma.cc/NLM9-LL4R>]. Cento e dezessete países usam o CID de alguma forma. Identificação.

⁸ *Veja, por exemplo*, Gladwin v. Gilbert, No. D197102, 2001 Cal. SUPER. LEXIS 418, em * 20–24 (Super. Ct. 22 de fevereiro de 2001) (alterando uma ordem de custódia existente devido a evidências de alienação parental); MA v. AI, No. A-4021-11T1, 2014 NJ Super. Unpub. LEXIS 2887, em * 5 (Super. Ct. App. Div. 15 de dezembro de 2014) (alterando uma ordem de custódia existente devido a evidências de síndrome de alienação parental); In re FS-P. v. AHR, 844 NYS2d 644, 646 (Fam. Ct. 2007) (sustentando que a alienação parental pode ser levantada como uma defesa afirmativa para estabelecer uma ordem de pensão alimentícia).

⁹ *Veja infra* notas 24–74 e o texto que o acompanha (destacando as diferenças entre a síndrome de alienação parental e a alienação parental); ver, por exemplo, Gardner, nota supra⁵, em 112-13 (resumindo as diferenças entre a síndrome de alienação parental e alienação parental para uso de ambos os conceitos no tribunal). O Dr. Richard Gardner, o criador da síndrome de alienação parental, postulou que o testemunho sobre a síndrome de alienação parental e a alienação parental poderia fortalecer a posição dos pais nas disputas pela custódia dos filhos. Gardner, nota supra⁵, em 93. Ele sugeriu que os especialistas que testemunharam em tribunal deveriam discutir a síndrome de alienação parental ao trabalhar com famílias em que um dos pais alienou os filhos. Identificação. em 112–13.

¹⁰ Gardner, nota supra 5, em 95 (“[Síndrome de alienação parental] resulta da combinação de doutrinações de pais programados (lavagem cerebral) e as próprias contribuições da criança para a difamação do pai alvo.”).

¹¹ *Veja infra* notas 63–74 e o texto que o acompanha. Ao focar no comportamento da criança e não no comportamento dos pais, aqueles que defendem a alienação parental podem sugerir que se trata, de fato, de um transtorno digno de inclusão em classificações diagnósticas como o DSM. Veja BERNET,

nota supra 7, em 4 (explicando que a definição foi elaborada com o formato do DSM-5 em mente; portanto, o transtorno apenas olha para o comportamento da criança e não para a qualidade do relacionamento).

A síndrome de alienação parental é mais controversa do que a alienação parental devido ao seu alegado preconceito de gênero.¹² Os primeiros defensores da síndrome levantaram a hipótese de que apenas as mães induziam a síndrome de alienação parental em seus filhos. Além disso, por ser um transtorno mental, apesar de seu foco em questões relacionais, a síndrome de alienação parental se tornou controversa.¹³ Finalmente, a síndrome de alienação parental também tem laços estreitos com o Dr. Richard Gardner, que propôs sua existência com base na experiência pessoal e não em dados científicos.¹⁴ Por causa da controvérsia inerente em torno da síndrome de alienação parental, os pais que buscam a custódia hoje têm maior probabilidade de aumentar a alienação parental em casos de direito da família, mas também podem suscitar a síndrome de alienação parental.¹⁵

Em casos de custódia de crianças, especialmente quando há uma alegação de violência doméstica, agressão sexual ou abuso infantil, os tribunais podem precisar considerar a admissibilidade dos dois diagnósticos propostos controversos.¹⁶ Se tal evidência

¹² Veja, por exemplo, Gardner, nota supra 5, 104–06 (discutindo, da perspectiva de Gardner, a acusação de que a síndrome de alienação parental tem um viés de gênero). Gardner nega que seu diagnóstico de síndrome de alienação parental seja “sexista”. Identificação. Ele ressalta que a síndrome de alienação parental é mais controversa do que a alienação parental, em parte, por causa da associação da síndrome com ele. Identificação. em 111-12.

¹³ Veja, por exemplo, *Hanson v. Spolnik*, 685 NE2d 71, 84 (Ind. Ct. App. 1997) (Chezem, J., discordando e concordando em resultado) (reconhecendo a existência de alienação parental, mas duvidando da existência de síndrome de alienação parental com base na síndrome de Gardner preconceito de gênero, concluindo: “Esta generalização com preconceito de gênero é ridícula e uma afronta a todas as mulheres e homens razoáveis”); ver também Sandi S. Var-nado, *Inadequada Parental Influence: A New App for Tort Law and Upgraded Relief for Alienated Parents*, 61 DEPAUL L. REV. 113, 117 n.12 (2011) (indicando que a síndrome de alienação parental se concentra na relação entre pais e filhos, enquanto a alienação parental diz respeito apenas aos pais). Um transtorno mental é um conjunto de comportamentos, emoções ou cognições que resultam em sofrimento psicológico, biológico ou de desenvolvimento. UMAM. PSÍQUIÁTRICA UMAWL’N, DIAGNÓSTICO E STATÍSTICO MANUAL DE MENTAL DISORDERS 20 (5ª ed. 2013) [doravante DSM-5]. Embora os problemas de relacionamento possam ser áreas de atenção clínica, a APA não os considera transtornos mentais. Identificação. aos 22 (explicando que os problemas relacionais estão incluídos em um capítulo sobre potenciais focos de atenção clínica, mas não no catálogo de transtornos mentais).

¹⁴ Veja *infra* notas 33–62 e o texto que o acompanha (fornecendo uma visão geral da teoria subjacente e da controvérsia da síndrome de alienação parental); veja também RICHARD A. GARDNER, *SEX UMABUSE HYS-TERIA: SALEM COCEIRA TRIALS 2* (1991) (reconhecendo sua própria “escassez de referências a outras publicações” em seu livro).

¹⁵ Ver *JF v. DF*, No. 2012/01795, 2018 NY Misc. LEXIS 5991, em * 10 (Sup. Ct. 6 de dezembro de 2018) (fornecendo uma visão geral da alienação parental nos tribunais de família de Nova York). Compare *Mastrangelo v. Mastrangelo*, No. NNHFA054012782S, 2012 WL 6901161, em * 9 (Conn. Super. Ct. 20 de dezembro de 2012) (sustentando que a síndrome de alienação parental não é admissível sob os padrões de evidências estaduais), com *Zafran v. Zafran*, 740 NYS2d 596, 600 (Sup. Ct. 2002) (permitindo uma audiência de prova para argumentar pela admissibilidade da evidência da síndrome de alienação parental), *aff’d*, 761 NYS2d 317 (App. Div. 2003).

¹⁶ Veja *em re* *Karen B. v. Clyde M.*, 574 NYS2d 267, 271-72 (Fam. Ct. 1991) (examinando a admissibilidade da síndrome de alienação parental levantada por um pai depois que uma mãe o acusou de abusar sexualmente de sua filha), *aff. sub nom. Karen PP v. Clyde QQ*, 602 NYS2d 709, 709 (App. Div. 1993); Joan S. Meier, *Violência Doméstica, Custódia da Criança e Proteção da Criança: Compreendendo a Resistência Judiciária e Imaginando as Soluções*, 11 J. GENDER SOC. POL’Y & L. 657, 679 (2003)

(ênfatizando que os homens acusados de abuso por parceiras do sexo feminino muitas vezes levantam a síndrome de alienação parental como uma defesa a essa alegação em casos de direito da família). No tribunal de família, os pais também podem levantar estrangeiros dos pais -

é admissível, ou deve ser invocado, é altamente debatido nos espaços jurídicos e psicológicos.¹⁷ A Parte I desta Nota discute a história, teoria, controvérsia e críticas da síndrome de alienação parental, conforme postulada por Gardner, e sua construção mais moderna, alienação parental.¹⁸ A Parte I também explora a mecânica básica dos procedimentos de custódia e o papel do testemunho de um especialista no contexto do tribunal de família.¹⁹ A Parte II desta Nota fornece uma visão geral das maneiras pelas quais os tribunais de família têm usado evidências da síndrome de alienação parental e alienação parental em suas decisões.²⁰ A Parte II também detalha os argumentos a favor e contra a admissão de evidências de ambas as teorias nos tribunais de família.²¹ A Parte III, então, argumenta que a admissão de provas da síndrome de alienação parental e alienação parental não atende aos padrões de prova necessários para que as provas de opinião de especialistas sejam admissíveis no tribunal de família.²² A Parte III também afirma que a admissão de tais provas diminui as alegações de abuso nesses casos.²³

como uma defesa ao pagamento de pensão alimentícia. Ver, por exemplo, *Usack v. Usack*, 793 NYS2d 223, 225 (App. Div. 2005) (sustentando que a evidência de alienação parental é admissível como uma defesa afirmativa para a reclamação de um pai habitual para pensão alimentícia). Em 2005, no processo *Usack v. Usack*, a Suprema Corte de Nova York, a Divisão de Apelação considerou que a “separação dos pais” era uma razão válida para suspender o pagamento de pensão alimentícia ao pai alienante. Identificação. em 224-25. Os tribunais de primeira instância em Nova York interpretaram a decisão da *Usack* como significando que, se uma das partes demonstrar alienação dos pais, o tribunal pode suspender os pagamentos de pensão alimentícia dessa parte. Consulte *In re FS-P. v. AHR*, 844 NYS2d 644, 645-46 (Fam. Ct. 2007) (referindo-se a *Usack* para sustentar que a alienação parental pode ser levantada como uma defesa à pensão alimentícia, mesmo antes de uma ordem de pensão alimentícia ser concedida).

Mesmo fora do tribunal, a síndrome de alienação parental e a alienação parental são controversas no campo jurídico. Compare *Schwartz*, nota supra⁵, em 827-29 (argumentando que a alienação parental é um problema sério que deve ser tratado no tribunal de família), com *Meier*, supra, em 679, 688-90 (sugerindo que a aplicação da alienação parental em casos de direito da família mina as alegações de e abuso infantil, particularmente porque ambos foram “inventados para refutar as alegações das mães sobre abuso infantil”).

¹⁷ *Veja infra* notas 75–89 e o texto que o acompanha.

¹⁸ *Veja infra* notas 33–74 e o texto que o acompanha.

¹⁹ *Veja infra* notas 90–128 e o texto que o acompanha.

²⁰ *Veja infra* notas 130–158 e o texto que o acompanha. O comentário de um aluno argumentou que a síndrome de alienação parental não atende aos padrões de *Daubert* ou *Frye*. Cheri L. Wood, *Comentário, The Parental Alienation Syndrome: A Dangerous Aura of Reliability*, 27 *LOY. LAL REV.* 1367, 1368 (1994). Esta nota argumenta que a alienação parental também não atende aos padrões de *Daubert* ou *Frye*. Consulte as notas *infra* 130–158 e o texto que o acompanha.

²¹ *Veja infra* notas 130–158 e o texto que o acompanha.

²² *Veja infra* notas 159–183 e o texto que o acompanha. A jurisprudência disponível para esta Nota é um tanto limitada porque a maioria dos casos de direito da família são tratados no nível de julgamento em opiniões não publicadas, e os litigantes raramente apelam das decisões. *Veja* o problema, *DV LEAP*, <https://www.dvleap.org/problem> [<https://perma.cc/SX3E-7D8Z>] (declarando que os recursos em casos de

direito da família são uma ferramenta eficaz, mas raramente usada para retificar decisões injustas do tribunal de família).

²³ *Veja infra* notas 184–223 e o texto que o acompanha.

I. SAME, MAS DIFFERENT: PARENTAL

UMALIENAÇÃO SYNDROME E PARENTAL

UMALIENAÇÃO

Os pesquisadores sugerem que a síndrome de alienação parental e a alienação parental têm impactos profundamente negativos de longo prazo nas crianças e nos pais.²⁴ Tais preocupações levaram os tribunais a admitir evidências de ambos os

²⁴ Amy JL Baker, *The Long-Term Effects of Parental Alienation on Adult Children: A Qualitative Research Study*, 33 AM. J. FSOU. THERAPY 289, 293 (2005) (resumindo os efeitos negativos da alienação parental encontrados em um estudo qualitativo conduzido em adultos que relataram ter vivenciado a alienação parental quando crianças). A alienação pode levar a problemas de auto-estima, automutilação, ansiedade, depressão, culpa ou medo. Identificação. em 301. Na verdade, a Dra. Amy Baker, que liderou o estudo, descobriu que aqueles que participaram e relataram terem sido alienados quando crianças freqüentemente tinham problemas com drogas e álcool e se viram alienados de seus próprios filhos. Identificação. Uma criança que baseia relacionamentos futuros em relacionamentos alienantes aprendidos com um dos pais também pode ter problemas relacionais de longo prazo. Veja id. em 300-01; ver também Elisabeth Godbout & Claudine Parent, *The Life Paths and Lived Experiences of Adults Who Experienced Parental Alienation: A Retrospective Study*, 53 J. DIVORCE & REMARRIAGE 34, 46 (2012) (ilustrando que os participantes de um estudo qualitativo muitas vezes sentiram que precisavam terapia para chegar a um acordo completo com sua experiência com a alienação parental). Os defensores da síndrome de alienação parental e alienação parental também consideram ambos como abuso infantil. Ver, por exemplo, Jennifer J. Harman et al., *Prevalence of Parental Alienation Drawn from a Representative Poll*, 66 CHILD. & YOUTH SERVS. REV. 62, 62 (2016) (sugerindo que a alienação parental é uma forma de abuso infantil porque é um comportamento intencional que prejudica a criança). Alguns profissionais propõem que a alienação parental pode ter um impacto traumático nas crianças em sua vida adulta. Identificação. Leis estaduais e federais definem o abuso infantil estatutariamente. Por exemplo, 42 USC § 5106 (g) (2006) (definindo "abuso infantil e negligência" como "no mínimo, qualquer ato recente ou omissão de ação por parte de um pai ou responsável, que resulte em morte, física grave ou dano emocional, abuso ou exploração sexual, ou ato ou omissão que apresente risco iminente de dano grave"); UMALASKA STAT. § 47.17.290 (Oeste 2019) (definindo, no Alasca, "abuso infantil e negligência" como dano físico ou mental, negligência, abuso sexual ou maus-tratos de uma pessoa menor de 18 anos); veja também US DEP'T OF HEALTH & HUMAN SERVS., CHILD. BVOCÉ-REAU, CHILD CELFARE eUNFO. GATEWAY, DEFINIÇÕES DE CHILD UMABUSE E NEGLECT (2019), <https://www.childwelfare.gov/topics/systemwide/laws-policies/statutes/define/> [<https://perma.cc/6NR3-MWTQ>] (fornecendo uma visão geral das leis estaduais e federais que definem o abuso infantil).

Os pesquisadores que apóiam ambos os conceitos sugerem que o pai alienante às vezes toma ações drásticas - destruindo fotos do pai não alienante, culpando o pai não alienante por problemas financeiros e encorajando o conflito entre o pai não alienante e a criança - que alguns considere a violência psicológica. euINDA J. GOTTLIEB, TELE PARENTAL UMALIENAÇÃO SYNDROME: UMA FAMILY THERAPY AND COLABORATIVO SYSTEMS UMAPPROACH PARA UMAMELIORAÇÃO 113-15 (2012) (descrevendo os vários comportamentos que os alienadores da síndrome de alienação parental assumem de acordo com os defensores da teoria); Varnado, nota supra 13, em 120-22 (o mesmo). Embora os pesquisadores modernos ainda se concentrem no pai alienante, eles o fazem com preocupação tanto pelo pai alienante quanto pela criança. Veja GOTTLIEB, supra, em 115 (observando que os pais alienantes também fazem parte de um sistema familiar de que as crianças precisam). Além disso, os proponentes modernos da síndrome de alienação parental acreditam que os pais alienantes podem e devem ser reabilitados. Veja id.

Os teóricos propõem que os pais alienados também sofrem por causa da alienação. Ver Ricky Finzi-Dottan et al., *The Experience of Motherhood for Alienated Mothers*, 17 CHILD & FSOU. SOC. CORK316, 321-23 (2012) (destacando o trauma que as mães vivenciam quando foram alienadas de seus filhos). A perda de um relacionamento com um filho pode resultar na agressividade ou retração de um dos pais na

busca de um relacionamento com o filho, agora alienado. Identificação. em 317 (observando que a perda de contato de um pai alienado com a criança pode exacerbar a alienação, já que as mães reagem de várias maneiras às vezes contraditórias quando o contato com a criança é perdido).

teorias em casos de custódia e divórcio.²⁵ Antes de examinar a propriedade de tal testemunho, entretanto, é primeiro essencial entender a síndrome de alienação parental, sua reformulação na alienação parental e a recepção que cada um recebeu na comunidade psicológica.²⁶ Também é importante considerar como ambas as síndromes podem entrar nos casos de direito da família em primeiro lugar.²⁷ A seção A desta parte discute a síndrome de alienação parental.²⁸ A seção B discute o conceito relacionado de alienação parental.²⁹ As críticas a ambas as teorias são destacadas na Seção C.³⁰ A seção D então explica a mecânica do tribunal de família,³¹ e a Seção E analisa os padrões de evidências mais comuns para o testemunho de especialistas.³²

A. Síndrome de Alienação Parental

O fundador da síndrome de alienação parental, Dr. Richard Gardner, definiu a síndrome como:

[A] transtorno da infância que surge quase exclusivamente no contexto de disputas pela guarda dos filhos. Sua manifestação primária é a campanha da criança de difamação contra os pais, uma campanha que não tem justificativa. Resulta da combinação das doutrinações de um pai programador (lavagem cerebral) e as próprias contribuições da criança para a difamação do pai alvo.³³

Ele baseou essa conclusão em suas observações pessoais como psiquiatra e, principalmente, não em pesquisas científicas.³⁴ Em numerosas publicações, Gardner afirmou, sem evidências, que as mães temiam ser menos propensas a ter a custódia garantida à medida que o litígio no tribunal de família aumentava.³⁵ Como tal, ele sugeriu que as mulheres, em resposta à sua raiva, devem ter feito algo para garantir

²⁵ Por exemplo, Gladwin v. Gilbert, No. D197102, 2001 Cal. SUPER. LEXIS 418, em * 27 (Super. Ct. 22 de fevereiro de 2001) (modificando uma custódia existente após depoimento de especialista alegando alienação parental). Ver geralmente Hanson v. Spolnik, 685 NE2d 71 (Ind. Ct. App. 1997) (discutindo a alienação parental no contexto de uma apelação de divórcio).

²⁶ Veja *infra* notas 33–89 e o texto que o acompanha (fornecendo informações básicas sobre a síndrome de alienação parental e alienação parental).

²⁷ Veja *infra* notas 90–129 e o texto que o acompanha.

²⁸ Veja *infra* notas 33–62 e o texto que o acompanha.

²⁹ Veja *infra* notas 63–74 e o texto que o acompanha.

³⁰ Veja *infra* notas 75–89 e o texto que o acompanha.

³¹ Veja *infra* notas 90–102 e o texto que o acompanha.

³² Veja *infra* notas 103–129 e o texto que o acompanha.

³³ Gardner, nota supra 5, em 95.

³⁴ Ver GARDNER, nota supra 14, em 1–2 (afirmando que sua pesquisa foi baseada em suas próprias observações como psiquiatra); Gardner, nota supra 5, em 93–94 (citando apenas ele mesmo em suas afirmações das causas do aumento dos litígios sobre a custódia dos filhos na década de 1980).

³⁵ Por exemplo, GARDNER, nota supra 14, aos 23; Richard A. Gardner, Denial of the Parental Alienation Syndrome also Harms Women, 30 AM. J. FSOU. THERAPY 191, 192 (2002); Gardner, nota supra 5, em 93–94.

que eles não perderiam a custódia de seus filhos.³⁶ Ele então propôs que as mães induzissem a síndrome de alienação parental em seus filhos.³⁷

Contra o pano de fundo do aumento dos litígios sobre a custódia dos filhos na década de 1980, Gardner caracterizou a síndrome de alienação parental com base no que ele observou como oito grupos de sintomas que viu em crianças envolvidas em disputas habituais de alto conflito.³⁸ Esses sintomas incluem: (1) “[a] campanha de difamação”; (2) razões tolas para a campanha de difamação; (3) sentimentos fortes pelo pai preferencial; (4) “[o] fenômeno do 'pensador independente'”; (5) um apoio instintivo do pai alienante no conflito parental; (6) ausência de culpa por crueldade e / ou exploração dos pais; (7) “[a] presença de 'cenários emprestados'”; e (8) espalhar “animosidade para os amigos e / ou família extensa do pai alienado.”³⁹ Ele usou esses oito sintomas para classificar a síndrome de alienação do pai como leve, média ou grave.⁴⁰ Em casos mais brandos de síndrome de alienação parental, Gardner teorizou que apenas alguns dos sintomas se manifestavam na criança, enquanto em casos mais graves, a criança manifestava todos os oito grupos de sintomas.⁴¹ Ele identificou a causa subjacente da síndrome como o comportamento de programação do pai alienador.⁴²

³⁶ Richard Gardner, *The Parental Alienation Syndrome and the Corruptive Power of Anger*, em TELE eUINTERNACIONAL HANDBOOK DE PARENTAL UMALIENAÇÃO SYNDROME: CONCEPTUAL, CLINICAL E eUEGAL CONSIDERAÇÕES 33, 35-36 (Richard Gardner et al. Eds., 2006). Gardner sugeriu que tanto as mulheres quanto os homens induzem a síndrome de alienação parental em seus filhos para exercer poder sobre o outro cônjuge, mas as justificativas de por que eles fazem isso foram muito mais duras para as mulheres do que para os homens. Veja id. aos 36, 42. Ele propôs que as mulheres usassem a síndrome de alienação parental para prejudicar seus maridos porque era uma forma socialmente aceitável de “assassinar os maridos que as abandonaram”. Identificação. aos 36. Os homens, disse ele, usavam seu poder social e financeiro para liberar raiva contra as esposas que os rejeitavam. Identificação. em 41.

³⁷ Identificação. em 35-36.

³⁸ Gardner, nota supra 5, em 97.

³⁹ Identificação. De acordo com Gardner, quando as crianças se envolvem em uma campanha de difamação, elas inexplicavelmente começam a odiar e temer o pai-alvo. Amy JL Baker & Douglass C. Damall, *Um Estudo Construtivo dos Oito Sintomas da Síndrome de Alienação Parental Grave*, 47 J. DIVORCE & RE-CASAMENTO 55, 56 (2007). Crianças demonstrando o segundo dos sintomas de Gardner - razões tolas para denegrir - usará justificativas simples ou ridículas para o medo ou raiva que sentem em relação ao pai não alienante e visado. Identificação. Essas crianças não serão capazes de dizer nada de ruim sobre o pai alienante. Identificação. em 56-57. O fenômeno “[i]ndependent [t]inker” é evidenciado quando uma criança insiste que a escolha de denegrir o outro progenitor é dela própria e não do progenitor alienante. Identificação. aos 57. A criança alienada preferirá reflexivamente o pai alienante, e a criança não se sentirá mal com a difamação do outro pai. Identificação. Crianças que sofrem de síndrome de alienação parental também irão “emprestar [] cenários”, o que significa que elas usam a linguagem do pai alienante ao acusar o pai alienado. Identificação. Finalmente, as crianças com síndrome de alienação parental, de acordo com Gardner, generalize a rejeição irracional do genitor alienado àqueles associados ao genitor alienado. Identificação.

⁴⁰ Baker & Damall, nota supra 39, em 57. A classificação de gravidade, de acordo com Gardner, depende do número de sintomas identificados. Gardner, nota supra 5, em 97.

⁴¹ Richard A. Gardner, *Introdução*, em TELE eUINTERNACIONAL HANDBOOK DE PARENTAL UMALIEN-ATION SYNDROME, supra Nota 36, em 5, 9-10.

⁴² Gardner, nota supra 5, em 97-98.

Em seu exame do nível de alienação da criança, Gardner considerou o comportamento do pai alienante como um fator integrante da síndrome.⁴³ Pais alienantes, postulou Gardner, superprotegem a criança e transformam o outro progenitor como bode expiatório para induzir a síndrome de alienação parental.⁴⁴ Isso muda o foco da síndrome de pertencer exclusivamente ao estado psicológico da criança para incluir também o relacionamento da criança com o pai alienante.⁴⁵ De acordo com a teoria de Gardner, a fonte do problema relacional vem do pai alienante, que, sugeriu Gardner, é mais frequentemente a mãe.⁴⁶

Gardner sugeriu que as mães têm mais probabilidade de se alienar porque, em sua experiência pessoal, as mulheres tendem a ficar mais furiosas do que os homens diante do divórcio.⁴⁷ A raiva, ele acreditava, impulsiona o comportamento alienante.⁴⁸ Ele formulou a hipótese de que a raiva dos pais é transposta para a criança para que a criança venha a identificar

43 Ver Gardner, nota supra41, em 9 tbl.1.2 (identificando os fatores parentais que podem contribuir para a síndrome de alienação parental). Esses fatores incluem avaliações de vários comportamentos parentais que permitem a categorização do nível de sintoma do alienador, incluindo a própria saúde mental dos pais, queixas às autoridades policiais e aos serviços infantis e a frequência de "pensamentos de programação", "verbalizações de programação" e "manobras excludentes." Identificação. Gardner definiu "manobras excludentes" como comportamentos do pai alienante que bloqueiam o acesso do pai não alienante à criança e aos provedores da criança. Identificação. em 9 tbl.1.2 e n.2.

44 Gardner, nota supra 36, em 38-39. Ao explicar os tipos de comportamento parental problemático, Gardner aponta para a "manobra diversiva" dos pais. Identificação. aos 38 anos. Ele sugere que tanto a mãe quanto o pai podem recorrer à alienação para redirecionar a atenção da criança para longe da separação dos pais e para o outro pai. Veja geralmente id. em 34-42. Ele enfatiza que as mães, mas principalmente os pais, podem se envolver em superproteção para começar a alienar. Veja id. em 38-42. A mãe alienante exerce suas preocupações injustificadas sobre a criança, de modo que ela teme irracionalmente o pai. Identificação. em 38-

39. O bode expiatório é outro comportamento que os pais adotam para alienar seus filhos. Identificação. aos 39 anos. Esse comportamento envolve culpar o outro progenitor pelos problemas que um progenitor alienante está enfrentando. Identificação. Novamente, Gardner diferencia o comportamento de bode expiatório da mãe e do pai. Identificação. em 39-42. Ele sugere que uma mãe como bode expiatório o faz por causa de finanças e bens materiais, ao passo que o pai o faz por causa do dano emocional que sente. Identificação.

45 Ver BERNET, nota supra7, em 4 (resumindo a proposta de Gardner de que a diferença entre a síndrome de alienação parental e a alienação parental é o envolvimento dos pais).

46 Ver Gardner, nota supra35, em 193-94 (enfatizando o papel do pai alienante no desenvolvimento da síndrome de alienação parental na criança e observando, sem evidências, que o alienador é quase exclusivamente a mãe). Mas veja Joan B. Kelly e Janet R. Johnston, *The Alienated Child: A Reformulation of Parental Alienation Syndrome*, 39 FSOU. CT. REV. 249, 251 (2001) (propondo uma abordagem para a síndrome de alienação parental que se concentra no comportamento da criança, e não no comportamento do pai alienante).

47 Ver Gardner, nota supra36, em 34-35 (sugerindo que os pais são mais propensos a encontrar novos parceiros e é por isso que eles estão menos zangados do que as mães).

48 Identificação. em 34-35 (observando que a síndrome de alienação parental é uma maneira pela qual as mulheres podem expressar sua raiva de seus parceiros ou cônjuges). As afirmações de Gardner sobre a raiva do pai alienante são profundamente ligadas ao gênero, e ele não oferece nenhuma prova para suas conclusões. Ver Meier, nota supra16, em 689 (sugerindo que a síndrome de alienação parental é usada quase exclusivamente contra as mães, apesar da realidade de que os pais se envolvem no que Gardner consideraria um comportamento alienante, especialmente no contexto de um relacionamento conjugal abusivo). Na verdade, em sua discussão sobre o comportamento dos pais como "alienadores", Gardner faz várias suposições controversas, incluindo que as mulheres são mais propensas do que os

homens a ficarem furiosas após a dissolução de um casamento, e que as mulheres são mais propensas do que os homens a fugir em ciúme ao ver seu ex-cônjuge com um novo parceiro. Gardner, nota supra³⁶, em 41-42.

com os sentimentos negativos desse pai em relação ao pai alienado - geralmente o pai.⁴⁹ A raiva da criança, por sua vez, torna-se um desejo de proteção do alienador e uma campanha de difamação contra o pai não alienante.⁵⁰ Como consequência dessa dinâmica, sugeriu Gardner, as crianças farão falsas alegações de abuso físico e sexual contra pais inocentes.⁵¹

A teoria de Gardner surgiu em um momento em que, ele acreditava, o número de disputas pela guarda de crianças estava aumentando em um nível histórico.⁵² Sem evidências empíricas, ele propôs que, como as mulheres temiam perder o tempo que tinham com seus filhos, começaram a programar seus filhos para denegrir seus pais.⁵³ Suas opiniões originaram-se em noções equivocadas de mães divorciadas como "mulheres desprezadas" raivosas.⁵⁴ Esse estereótipo, além de ofensivo para mulheres e mães, não tem fundamento em dados ou ciência.⁵⁵ Consequentemente, as abordagens recentes da síndrome de alienação parental têm procurado separar a teoria da abordagem de gênero de Gardner.⁵⁶

49 Ver Gardner, nota supra 36, em 44-45 (sugerindo que, por causa do comportamento do pai alienante, a criança manifestará a mesma raiva em relação ao pai não alienante).

50 Identificação. em 45-46 (argumentando que o pai alienante pode convencer uma criança de que ela está em situações perigosas quando o pai não alienante está por perto). Esta proposição levou Gardner a hipotetizar que as acusações de abuso infantil são muito menos comuns do que as estatísticas sugerem, porque as crianças foram "programadas" para atingir o pai não alienante com falsas acusações para afetar os processos judiciais. Identificação. no

44. Veja geralmente GARDNER, nota supra 14 (propondo que o abuso sexual infantil seja exagerado e superidentificado).

51 GARDNER, nota supra 14, em 3-4 (postulando que, particularmente no contexto de uma disputa de custódia, as alegações de abuso sexual são provavelmente falsas). A premissa de que as mães são mais propensas a alienar seus filhos do que os pais recebeu fortes críticas das feministas e forte apoio das organizações de direitos dos pais. Compare Meier, nota supra 16, em 659 (criticando a teoria de Gardner de uma lente feminista por causa de suas afirmações de gênero), com Katie Davis, Parental Alienation & Its Impact on Fathers, M.EN'S RTS., <https://mensrights.com/parental-alienation-its-impact-on-fathers/> [<https://perma.cc/M463-LLC8>] (criticando aqueles que questionam a alienação parental afirmando, sem provas, que "[m] quaisquer psicólogos e professores de direito agora consideram este tipo de alienação ... uma condição").

52 Gardner, nota supra 41, às 5.

53 Identificação.

54 Gardner, nota supra 36, em 35-36 (referenciando o termo "síndrome da mãe maliciosa" para caracterizar mães que induzem a síndrome de alienação parental em seus filhos para destacar a ideia de que as mulheres procuram arruinar seus ex-cônjuges usando seus filhos).

55 Veja geralmente *id.* (referenciando vários dos próprios trabalhos de Gardner e apenas três outros para apoiar suas conclusões).

56 Ver GOTTLIEB, nota supra 24, at xi (ilustrando que a abordagem inicial de Gardner para a síndrome de alienação parental tornava as mulheres as perpetradoras exclusivas). Profissionais da área já esclareceram explicitamente, com base em seus próprios dados limitados, que os pais têm a mesma probabilidade de se envolver em comportamentos alienantes em relação aos filhos. Identificação. (sugerindo que a síndrome de alienação parental é uma síndrome "oportunistas", e não uma que é inerentemente dependente do gênero).

Apesar do crédito que os teóricos modernos dão a Gardner por primeiro rotular e diagnosticar a síndrome de alienação parental, os psicólogos que a reconhecem como uma síndrome legítima ainda são críticos de sua metodologia e estrutura teórica. Ver, por exemplo, Kelly & Johnston, nota supra 46, em 249-50 (oferecendo uma reformulação da síndrome de alienação parental por causa das proposições controversas de Gardner). Alguns teóricos modernos agora usam o termo transtorno de alienação parental para se referir a uma criança com alienação parental que manifesta alguns ou todos os oito

comportamentos característicos de Gardner. BERNET, nota supra 7, em 4. Aqueles que propuseram uma mudança para a versão mais recente do DSM referiram-se à alienação parental

As definições modernas da síndrome de alienação parental refletem aspectos da teoria original de Gardner, mas diferem em alguns pontos importantes.⁵⁷ Primeiro, aqueles que estudam a síndrome de alienação parental agora rejeitam a teoria de Gardner de que a mãe tem mais probabilidade de alienar do que o pai.⁵⁸ Na verdade, pesquisas modernas indicam que as mães não têm mais probabilidade do que os pais de alienar seus filhos.⁵⁹ Os teóricos também focam sua modelagem no conhecido modelo de sistemas familiares das ciências sociais, pelo qual os profissionais de saúde mental entendem o indivíduo no contexto da família.⁶⁰ Além disso, os teóricos da síndrome de alienação parental agora concentram sua atenção no comportamento da criança e menos no comportamento do pai alienante.⁶¹ Isso reflete os padrões de mudança das ciências sociais, à medida que os campos do serviço social e da psicologia começaram a responder às críticas de que as teorias e modelos históricos estigmatizam as mulheres.⁶²

transtorno em vez de síndrome de alienação parental para refletir a estrutura do então em andamento DSM-5.

Identificação. às 5.

O DSM foi atualizado inúmeras vezes desde seu início em 1952. AM. PSÍQUIÁTRICA UMAWL'N, FROM PLANNING PARA PUBLICAÇÃO: DDESENVOLVENDODSM-5, em 1 (2013), [https://www.psychiatry.org / File% 20Library / Psychiatrists / Practice / DSM / APA _DSM-Development-of-DSM-5.pdf](https://www.psychiatry.org/File%20Library/Psychiatrists/Practice/DSM/APA_DSM-Development-of-DSM-5.pdf) [[https:// perma.cc/LBE4-XHWZ](https://perma.cc/LBE4-XHWZ)]. A APA começou a trabalhar no DSM-5 em 1999 e examinou problemas com a versão anterior do DSM - a Quarta Edição do DSM (DSM-IV) - com relação a gênero, cultura e mudanças ao longo da vida. Identificação. Nos treze anos seguintes, os redatores do DSM-5 colaboraram com profissionais de saúde mental para propor critérios diagnósticos com a contribuição de especialistas com perspectivas diversas em uma variedade de campos especializados. Identificação. em 1–3. A APA aprovou o DSM-5 em dezembro de 2012. Id. às 3.

⁵⁷ BERNET, nota supra 7, no app. A (definição dos critérios diagnósticos para transtorno de alienação parental conforme proposta submetida à APA). A definição de transtorno de alienação parental é mais sutil do que a síndrome de alienação parental proposta por Gardner, pois especifica a duração dos sintomas e exige que o distúrbio cause "sofrimento ou prejuízo clinicamente significativo". Identificação.

⁵⁸ GOTTLIEB, nota supra 24, em xi.

⁵⁹ *Por exemplo*, Eu iria.

⁶⁰ *Identificação.* em 10-11 (descrevendo a síndrome de alienação parental como uma forma extrema do conceito de triangulação dos sistemas familiares). Segundo a teoria desenvolvida por Salvador Minuchin, o famoso terapeuta familiar que liderou a teoria dos sistemas familiares, relações disfuncionais e "tríades" de comunicação muitas vezes se manifestam em problemas comportamentais da criança. SALVADOR MINUCHIN, FAMÍLIAS E FAMILY THERAPY 89–102 (1974) (definindo a triangulação como um padrão de comunicação no qual ambos os pais tentam aliar a criança consigo mesmos em vez de com o outro pai).

⁶¹ *Ver* Kelly & Johnston, nota supra 46, em 251 (propondo um modelo que enfoca a criança, não o pai alienante); veja também GOTTLIEB, nota supra 24, aos 57 anos (destacando o comportamento das crianças que sofrem de síndrome de alienação parental como o de crianças com uma "lista de roupas sujas de injustiças vagas ... que foram supostamente infligidas a eles por seus pais visados"). Linda Gottlieb, Assistente Social Clínica Licenciada e defensora ferrenha da síndrome de alienação parental, é cautelosa em sua caracterização do pai alienante, observando que os pais que efetuam a síndrome podem não estar fazendo isso intencionalmente. Identificação. em 114.

62 *Ver* GOTTLIEB, nota supra²⁴, at xi – xii (afirmando que o autor não acredita na proposição de que as mulheres são mais propensas a ter um comportamento alienante por causa do gênero). Na verdade, Gottlieb discutiu que até Gardner revisou sua crença sobre a tendência das mulheres de se alienar. Identificação. em xi.

B. Alienação Parental

Apesar da modernização da síndrome de alienação parental, alguns pesquisadores apóiam o fenômeno da alienação parental sem defender seu lugar como uma síndrome real.⁶³ Eles argumentam que a alienação parental não pode ser considerada uma síndrome porque, ao contrário de outras síndromes, não é um problema de desenvolvimento individual.⁶⁴ Em vez disso, a alienação dos pais é inerentemente uma questão de relacionamento.⁶⁵ Como tal, muitos profissionais de saúde mental e pesquisadores distinguem entre a síndrome de alienação parental e a alienação parental, sugerindo que a alienação parental é uma formulação mais moderna da síndrome original.⁶⁶

Uma definição mais comumente aceita de alienação parental concentra-se na criança alienada em vez de no comportamento dos pais.⁶⁷ Sob essa formulação mais moderna, a alienação parental existe quando a criança alienada expressa sentimentos excessivamente negativos em relação a um pai que são desproporcionais à experiência real.⁶⁸ Essas crianças respondem de uma maneira “semelhante à de um fotógrafo” ao pai não alienante.⁶⁹ O modelo se baseia na

⁶³ Ver, por exemplo, JUMA REDE JOHNSTON ET AL., EUNO NAME DO CHILD: DE ANÚNCIOSEVELOPMENTAL UM-AP-

PROACH TO VOCÊENTENDENDO E HELPING CFILHOS DE CONFLICTED E VIOLENT DIVORCE 362 (2ª ed. 2009) (sugerindo que a síndrome de alienação parental se concentra demais no pai alienante e não o suficiente na criança); Kelly & Johnston, nota supra 46, em 249-50 (fornecendo várias razões para que a síndrome de alienação parental deva ser reformulada como alienação parental).

⁶⁴ Kelly & Johnston, nota supra 46, em 251. Os críticos indicam que a alienação parental não pode ser considerada uma “síndrome” na definição comum à nomenclatura psiquiátrica de uma síndrome. JOHNSTON ET AL., nota supra 63, em 363 (argumentando que a alienação parental não pode ser uma síndrome porque não há qualquer “patogênese, curso, padrão familiar ou seleção de tratamento comumente reconhecida ou verificada empiricamente”). De acordo com o DSM-5, uma síndrome é “[um] agrupamento de sinais e sintomas, com base em sua frequente co-ocorrência que pode sugerir uma patogênese subjacente comum, curso, padrão familiar ou seleção de tratamento”. DSM-5, nota supra 13, em 830. Os críticos que defendem a alienação parental, mas não por seu status como uma síndrome, sugerem que ela não tem uma causa única, conjunto de sintomas, padrão de dinâmica familiar ou modalidade de tratamento aceita associada a ela e, portanto, não justifica ser rotulada uma síndrome. JOHNSTON ET AL., nota supra 63, em 363.

⁶⁵ JOHNSTON ET AL., nota supra 63, em 363 (propondo que o pai nem sempre é a causa da alienação parental de uma criança).

⁶⁶ Por exemplo, BERNET, nota supra 7, em 4-5 (distinguindo entre alienação parental - um diagnóstico mais geral - e síndrome de alienação parental, um subconjunto específico de alienação parental). Alguns, incluindo Gardner, veem a alienação parental como um conceito coexistente e às vezes complementar. Identificação, em 5. Outros criticam a síndrome de alienação parental, embora reconheçam a validade da alienação parental. Por exemplo, JOHNSTON ET AL., nota supra 63, em 363.

⁶⁷ Kelly & Johnston, nota supra 46, em 251 (“Esta formulação se propõe a focar na criança alienada ao invés da alienação parental.”). Nem todos os pesquisadores aceitam as críticas de Kelly e Johnston. GOTTLIEB, nota supra 24, em 7-11 (criticando a teoria da alienação parental de Kelly e Johnston, o que Gottlieb identifica como, afirmações vagas e conclusões inconsistentes).

⁶⁸ Kelly & Johnston, nota supra 46, em 251.

⁶⁹ JOHNSTON ET AL., nota supra 63, em 363-64 (explicando, sob o modelo de Kelly e Johnston, que as crianças alienantes respondem ao pai “com medo [ed]” rejeitando sem ambivalência).

características haviorais propostas por Gardner, mas afasta-se da avaliação da conduta e das motivações do pai chamado alienador.⁷⁰

Usando este modelo, uma variedade de fatores pode ser encontrada para contribuir para a alienação, fora do comportamento dos pais.⁷¹ Esses fatores incluem casamentos altamente contenciosos, procedimentos de custódia embaraçosos, a predisposição psicológica dos pais, a idade da criança, habilidades cognitivas e temperamento, o papel dos irmãos, novos parceiros parentais e os relacionamentos com parentes.⁷² Os próprios procedimentos de direito da família podem levar a um comportamento preocupante quando as crianças passam a ver os oficiais do tribunal, juízes e psicólogos como inimigos ou amigos.⁷³ Este modelo mais novo, embora mais amplamente aceito nas comunidades das ciências sociais do que a síndrome de alienação parental original, ainda tem suas críticas.⁷⁴

C. Críticas à Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental

Apesar do apoio mais forte dessa nova teoria da alienação parental, outros profissionais de saúde mental continuam se opondo ao conceito.⁷⁵ Isto é

⁷⁰ Identificação.

⁷¹ Identificação. em 367. Este modelo de alienação parental tem o cuidado de distinguir preferências, alinhamentos e estranhamento normais - todos os quais são, até certo ponto, normais no contexto de um divórcio - da alienação. Identificação. em 364-67. De acordo com alguns teóricos, fazer essa distinção é importante ao projetar intervenções terapêuticas para crianças. Identificação. em 366.

⁷² Identificação. em 367. Os filhos também têm maior probabilidade de se tornarem alienados quando testemunham uma quantidade substancial de conflito conjugal. Identificação.

⁷³ Identificação. Além disso, crianças vulneráveis tendem a ser mais suscetíveis aos oito a quinze anos de idade, principalmente porque são facilmente pressionadas. Identificação. em 369. O pai com quem o filho se alinha frequentemente tem tendências narcisistas e sente que o processo de divórcio e custódia é particularmente embaraçoso. Identificação. em 367. Pais alienantes, especialmente aqueles que espancam, usam os filhos como ferramentas de vingança. Identificação. em 368.

Outra definição moderna de alienação parental é o transtorno de alienação parental, proposto à APA para inclusão no DSM-5. BERNET, nota supra 7, em 5. Em sua proposta, o Dr. William Bernet forneceu vinte razões para que o distúrbio fosse incluído no DSM-5. Identificação. em 9-10. O principal deles era que a alienação parental é um conceito que foi reconhecido como válido por pelo menos seis pesquisadores. Identificação. Ao defender a validade do diagnóstico, Bernet explicou que o fenômeno da alienação parental foi descrito antes mesmo do trabalho de Gardner. Identificação. aos 9. Ele também observou que a alienação parental é conceitualmente válida porque: (1) foi exaustivamente pesquisada; (2) foi descrito por diferentes grupos de pesquisadores; (3) os pesquisadores o aplicaram a seus próprios clientes e pacientes; (4) foi estudado em diferentes países; (5) é altamente aceito por profissionais de saúde mental que trabalham com crianças em divórcios contenciosos; e (6) outras pesquisas sobre tópicos relacionados sugerem a existência de alienação parental. Identificação. em 24-96. Além disso, Bernet sugeriu que o diagnóstico foi considerado confiável. Identificação. em 91-96.

⁷⁴ Ver Lenore E. Walker e David L. Shapiro, Parental Alienation Disorder: Why Label Children with a Mental Diagnosis?, 7 J. CHILD CUSTODY 266, 267-68 (2010) (criticando o transtorno de alienação parental por sua falta de dados científicos); notas 75-89 infra e texto que o acompanha.

⁷⁵ Walker e Shapiro, nota supra 74, em 267-68. Dra. Lenore Walker é uma psicóloga clínica conhecida por seu trabalho no campo da violência doméstica. Sobre a Dra. Lenore E. Walker, DR. EUENORE AI CREDOALKER, <https://www.drlenoreewalker.com/about/> [https://perma.cc/9K4P-PJZN]. Seu artigo criticando o transtorno de alienação parental, co-escrito com o professor de direito David L.

Shapiro, destaca os impactos psicológicos de rotular erroneamente crianças com um diagnóstico desnecessário e inapropriado. andador

em grande parte devido à ausência de estudos empíricos sobre rejeição injustificada dos pais.⁷⁶ Alguns afirmam que, depois de examinar a literatura em torno da síndrome de alienação parental e alienação parental, nenhum dos dois é válido porque nenhum periódico com revisão por pares publicou estudos sobre qualquer dessas teorias.⁷⁷ Os poucos estudos que existem contêm muito poucos participantes do estudo e, portanto, os críticos sugerem, não há prova de que a alienação parental deva ser um diagnóstico aceito.⁷⁸ Os críticos também destacam os problemas de definição nos diagnósticos propostos; os proponentes insistem que a rejeição ocorre sem qualquer justificativa “racional”, mas falham em definir o que pode ser uma justificativa “racional” para a rejeição da criança.⁷⁹ Um problema relacionado é que a literatura sobre alienação parental não contém nenhuma definição do que constitui precisamente violência doméstica, tornando difícil distinguir entre rejeição que pode ser justificada - rejeitar um pai abusivo - e rejeição que é injustificada sob as teorias da alienação parental.⁸⁰ Além disso, a aplicação da síndrome de alienação parental e alienação parental pode rotular desnecessariamente uma criança com transtorno mental, quando essa criança pode simplesmente estar tendo uma reação natural a um divórcio contencioso.⁸¹

& Shapiro, nota supra 74, em 266. Ela também explica a dificuldade que os médicos terão em fazer um diagnóstico diferencial. Identificação. em 276-79. Para os profissionais de saúde mental, o diagnóstico diferencial é uma etapa importante para identificar o diagnóstico apropriado para um indivíduo e distinguir esse diagnóstico de "possíveis diagnósticos concorrentes". Chad E. Cook e Simon Décary, Higher Order Thinking About Differential Diagnosis, 24 BRAZILIANO J. FÍSICO THERAPY 1, 1 (2020) (definindo diagnóstico diferencial).

⁷⁶ Timothy M. Houchin et al., The Parental Alienation Debate Belongs in the Courtroom, Not in DSM-5, 40 J. AM. UMACAFJESTE. PSINQUIATRIA L. 127, 129 (2012) (indicando que os estudos feitos sobre a síndrome de alienação parental são limitados e não se prestam bem a conclusões estatisticamente significativas).

⁷⁷ Identificação. em 129-30. Por exemplo, Gardner publicou seus próprios trabalhos em vez de submetê-los a revistas respeitadas e revisadas por pares para publicação. Identificação. em 130.

⁷⁸ Identificação. em 129-30.

⁷⁹ Walker e Shapiro, nota supra 74, em 270. A “[ididade] racional” permanece totalmente subjetiva para o avaliador e, portanto, torna-se particularmente difícil identificá-la ou estudá-la empiricamente. Identificação. em 270-71.

⁸⁰ *Veja id.* em 272 (questionando quanto abuso é necessário antes que a violência doméstica se torne “real” o suficiente para justificar a rejeição dos pais). As legislaturas estadual e federal definem “violência doméstica” de maneiras diferentes. Ver, por exemplo, 34 USC § 12291 (a) (8) (definindo violência doméstica como crime ou contravenção cometida pelo parceiro íntimo da vítima); NC GEN. STAT. § 50B-1 (2020) (definição de violência doméstica como uma tentativa de ferir fisicamente ou realmente ferir fisicamente alguém com quem o perpetrador tem um relacionamento pessoal, ou ameaçar ferir essa pessoa de uma forma que faça com que a vítima sinta “sofrimento emocional substancial”). A Carolina do Norte define “relacionamento pessoal” como aquele com o sexo oposto, descartando a possibilidade de violência doméstica entre parceiros homossexuais. NC GEN. STAT. § 50B-1 (b) (6) (2020). Os defensores da violência doméstica propõem uma definição de violência doméstica que é muito mais ampla do que as definições estatutárias. Por exemplo, Abuso Definido, NNO’eu DO-MESTIC VIOLENCE HOTLINE, <https://www.thehotline.org/is-this-abuse/abuse-defined/> [https://perma.cc/P6CE-K3C3] (definindo violência doméstica como comportamento usado por um parceiro íntimo para manter o poder e controle sobre a vítima). Ao contrário do estatuto da Carolina do Norte, a definição da National Domestic Violence Hotline deixa claro que qualquer pessoa pode ser definida como vítima, independentemente da sexualidade. Compare NC GEN. STAT. § 50B-1, com Abuso Definido, supra.

⁸¹ Walker e Shapiro, nota supra 74, em 268-69. Os críticos também sugerem que a inclusão de uma teoria da alienação parental no DSM-5 criaria um problema onde não existe nenhuma. Identificação. em 269 (apontando

Talvez a rejeição mais contundente da comunidade científica de ambas as teorias vieram da APA.⁸² Em 2013, o Conselho de Curadores da APA anunciou que mais uma vez excluiria a síndrome de alienação parental da versão mais recente do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais, o DSM-5.⁸³ Em vez disso, a APA acrescentou uma questão semelhante à alienação parental que os médicos podem ver em seu trabalho: o problema relacional pai-filho.⁸⁴ Esta categoria de problema comportamental existe quando há problemas de relacionamento entre a criança e os pais, mas é importante que não seja um distúrbio psicológico, de acordo com a APA.⁸⁵

Fora da comunidade científica, pesquisadores feministas e defensores da violência doméstica também são particularmente críticos da síndrome de alienação parental e da alienação parental.⁸⁶ De acordo com pesquisadores feministas e defensores da violência doméstica, as teorias vêm de um passado conturbado e impactam amplamente mulheres e crianças porque podem, e têm sido, aplicadas de forma inadequada

que a inclusão do transtorno de alienação parental no DSM pode “reif [y]” em vez de esclarecê-lo). Os que defendiam a inclusão dos conceitos no DSM-5 acreditavam que o esclarecimento dos critérios para o transtorno traria mais dados para o diagnóstico. Identificação. em 279-80 (referenciando a proposição de BERNET, nota supra 7, que a inclusão no DSM-5 pode gerar os dados necessários para justificar o transtorno). Esses dados, entretanto, poderiam ser usados para confirmar as crenças dos proponentes da alienação sem justificar apropriadamente o transtorno em si. Identificação. em 280 (“[I] se a categoria de diagnóstico for colocada no [DSM-5] para encorajar a coleta de dados necessários, ela pode ser usada para justificar o uso de um diagnóstico que de outra forma seria insuficiente.”).

⁸² *Veja APA Board of Trustees Aprova DSM-5*, nota supra 6 (anunciando em um comunicado à imprensa que a síndrome de alienação parental não seria incluída no DSM-5).

⁸³ *Identificação.*

⁸⁴ *DSM-5*, nota supra 13, em 715, 875.

⁸⁵ *Identificação.* em 875. O Problema Relacional Pai-Filho pode se tornar evidente para um médico como o problema que se apresenta que requer tratamento ou no contexto do tratamento de outro transtorno de saúde mental. Identificação. O problema costuma estar associado ao mau funcionamento nos domínios comportamental, cognitivo e afetivo. Identificação. Os defensores do transtorno de alienação parental reconhecem que os problemas relacionais foram incluídos no DSM-5; eles sugerem, entretanto, que o transtorno de alienação parental e os problemas relacionais entre pais e filhos não são sinônimos. BERNET, nota supra 7, em 12–13. Bernet distingue entre os dois ilustrando que o transtorno de alienação parental é mais persistente e grave do que problemas relacionais pais-filhos mais gerais. Identificação. no app. A (definição de problema relacional pai-filho e transtorno de alienação parental).

⁸⁶ *Por exemplo*, Meier, nota supra 16, em 679-80; ver BERNET, nota supra 7, em 271-75 (explicando a crítica que a alienação parental atrai de feministas e defensores da violência doméstica). No entanto, defensores e pesquisadores da violência doméstica não se opõem a todos os novos transtornos mentais. Ver, por exemplo, Lenore EA Walker, *Battered Woman Syndrome: Empirical Findings*, 1087 ANNALS NY Acafajuste. SCIS. 142, 143 (2006) [doravante denominado Walker, *Empirical Findings*] (explicando como feministas e a violência doméstica defendem a síndrome da mulher espancada adaptada logo após sua proposta). Por exemplo, a síndrome da mulher espancada, proposta alguns anos após a alienação parental, ganhou aceitação na comunidade psicológica de forma relativamente rápida, à medida que elementos do transtorno apareceram na definição de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) no precursor do DSM -5, a Revisão de Texto da Quarta Edição do DSM (DSM-IV-TR), bem como o DSM-5. Lenore E. Walker, *síndrome da mulher agredida*, PSY-CHIATRIC TIMES (8 de julho de 2009), <https://www.psychiatrictimes.com/view/battered-woman-syndrome> [https://perma.cc/SX82-WSHD] [doravante Walker, *síndrome da mulher espancada*] (fornecendo uma visão geral da aceitação do DSM-

IV-TR da síndrome da mulher espancada como uma subcategoria de PTSD); ver DSM-5, nota supra¹³, em 274 (reconhecendo a importância do gênero ao examinar PTSD).

de maneira desmedida.⁸⁷ Esses pesquisadores argumentam que a alienação parental como transtorno mental não existe.⁸⁸ Em vez disso, eles sugerem que a alienação parental é uma ferramenta usada por agressores e abusadores de crianças em tribunais para defender seu comportamento abusivo.⁸⁹

D. Uma Visão Geral do Direito da Família: Explicando o Mais Padrões comuns de custódia infantil

Quando um casal termina seu relacionamento - por meio do divórcio ou da separação - as partes, muitas das quais não são representadas, muitas vezes brigam amargamente pela custódia dos filhos no tribunal de família.⁹⁰ É nesse contexto que os pais podem suscitar a alienação parental.⁹¹

Em todos os casos envolvendo crianças, os juízes devem dar ordens judiciais formais e tomar decisões sobre os arranjos de custódia.⁹² Mais freqüentemente, os juízes ordenarão um de dois arranjos de custódia: guarda única ou guarda conjunta.⁹³ Uma ordem de guarda conjunta é um fenômeno mais recente em que as crianças dividem seu tempo vivendo de maneira igual, mais ou menos, com ambos os pais.⁹⁴ Os juízes também podem

⁸⁷ Ver Meier, nota supra 16, em 679-80.

⁸⁸ Identificação. em 671.

⁸⁹ Identificação. em 679-80; ver Jennifer Baker, Parental Alienation Syndrome: Calling Moms Nazis, PSYCH. TODAY (10 de agosto de 2016), <https://www.psychologytoday.com/us/blog/the-love-wisdom/201608/parental-alienation-syndrome-Call-moms-nazis> [https://perma.cc/VLU2-XYDN] (chamando a síndrome de alienação parental de “violência doméstica por procuração”); Marisa Endicott, How Parental Alienation Syn-drome Is Changing Custody Cases Across the US, HUFFINGTON POST (9 de junho de 2017), https://www.huffpost.com/entry/how-parental-alienation-syndrome-is-changing-custody_b_5939d367e4b094_fa859f1719 [https://perma.cc/J4EB-PHMK] (relatando que a alienação parental pode ser usada como uma ferramenta útil para agressores usarem para continuar a abusar de uma criança).

⁹⁰ JUDITH UMAREEN ET AL., FAMILY eUAW: CASES E MATERIAIS 768 (6ª ed. 2012).

⁹¹ Identificação. Quando duas partes compartilham uma criança, independentemente de seu estado civil, ambas as partes têm direitos e responsabilidades em relação a essa criança. Por exemplo, UNIF. PARENTAGE UMACT § 202 (NNO'eu CONF. DO COMM'RS ON vocÊNIF. STATE. L. 2017) (propondo que os estados adotem uma linguagem que conceda os mesmos direitos aos pais solteiros e casados). A Conferência Nacional de Comissários sobre Leis Estaduais Uniformes, também chamada de Comissão de Legistlação Uniforme, é uma organização apartidária que fornece exemplos de leis uniformes para os estados promulgarem. Sobre nós, UNIFORME eUAW COMISSÃO, https://www.uniformlaws.org/aboutulc/vision_geral [https://perma.cc/44ZS-C452].

⁹² KATARINA K. BAKER & KATARINA B. SILBAUGH, ESSENCIAIS: FAMILY eUAW 159 (2009).

⁹³ Jay Folberg et al., § 13.04 Formas de custódia reconhecidas, em 2 CHILD CUSTODY & VISITAÇÃO (ed. rev. 2019) (explicando quatro tipos permitidos de custódia, mas especificando que a custódia dividida e a custódia dividida são mais incomuns).

⁹⁴ BAKER & SILBAUGH, nota supra 92, em 164-65 (definindo guarda compartilhada como um arranjo que requer a responsabilidade compartilhada dos filhos). Na tentativa de estabelecer mais igualdade nas responsabilidades e direitos dos sexos em relação aos filhos, os juízes começaram a ordenar a guarda conjunta. Identificação. Embora isso aparentemente seja melhor para ambos os pais, não está claro se a guarda conjunta é saudável para as crianças. Identificação. em 163. Para lidar com essa preocupação, alguns tribunais ordenaram acordos de co-parentalidade de “ninhos de pássaros”, nos quais a criança permanece em casa e os pais entram e saem de casa de bicicleta. Edward Kruk, “Bird’s Nest” Co-parenting Arrangements, PSYCH. TODAY (16 de julho de 2013), <https://www.psychologytoday.com/us/blog/co-parenting-after-divorce/201307/birds-nest-co-parenting-arrangements> [https://perma.cc/ZNU4-KCZU]. Embora inconveniente para os adultos, é uma maneira mais centrada na criança

de lidar com a guarda conjunta e coloca as necessidades das crianças em primeiro plano. Identificação.; ver BAKER & SILBAUGH, nota supra 92, em 163.

peça a guarda exclusiva com tempo de parentalidade ou visitação.⁹⁵ A criança nesta circunstância vive principalmente com um dos pais e tem visitas regulares programadas com o outro.⁹⁶

Os juízes tendem a determinar a quantidade de visitação tendo o “melhor interesse da criança” como padrão de orientação.⁹⁷ Embora o padrão seja extremamente flexível quando aplicado, ele exige que os juízes considerem as necessidades e os interesses da criança ao determinar a custódia.⁹⁸ Fatores que atendem às necessidades de uma criança e

95 BAKER & SILBAUGH, nota supra 92, em 171. Um juiz também pode determinar a guarda exclusiva sem visita, por meio da qual uma criança vive com um dos pais, e o outro pai não tem o direito legal de ver essa criança. Identificação. em 164-65. Em famílias onde um dos pais alegou violência doméstica, o alegado agressor não está intrinsecamente impedido de ter a guarda conjunta se for no melhor interesse da criança. Identificação. em 165.

⁹⁶ Identificação. em 171.

97 *Ver* Hollon v. Hollon, No. 2000-CA-00141-SCT (¶ 35) (Miss. 2001) (listando uma variedade de fatores que devem ser considerados para determinar qual arranjo de custódia é no melhor interesse da criança); UMAREEN ET AL., nota supra 90, em 768. Esses fatores podem incluir, mas não estão limitados a, idade, sexo, gênero e preferências da criança, as preferências dos pais, a qualidade do relacionamento que a criança tem com cada um dos pais e a presença de violência doméstica. Ver, por exemplo, Hollon, No. 2000-CA-00141-SCT (¶ 12) (citando Albright v. Albright, 437 So. 2d 1003, 1005 (Miss. 1983)). Diferentes estados definem “o melhor interesse da criança” com diferentes níveis de especificidade. Compare, por exemplo, DC TRIBUTO § 16-914 (2020) (listando dezessete fatores que os tribunais devem considerar na determinação da custódia “no melhor interesse da criança”), com MBUNDA. GEN. euAWSCH. 208 § 18 (2020) (recusando-se a mencionar explicitamente o “interesse superior da criança”).

98 BAKER & SILBAUGH, nota supra 92, em 160. Embora o “melhor interesse da criança” seja o padrão dominante nos tribunais de família modernos nos Estados Unidos, alguns estados usam abordagens alternativas para determinar a custódia da criança. Identificação. (fornecendo uma visão geral do desenvolvimento histórico do melhor interesse do padrão infantil). Na década de 1960, os tribunais frequentemente concediam a custódia da mãe sob a presunção de “tenra idade”, refletindo um viés judicial de gênero de que a mãe era inerentemente a melhor mãe por causa de seus instintos maternos. Ver *Pusey v. Pusey*, 728 P.2d 117, 120–21 (Utah 1986) (articulando razões para rejeitar a presunção de anos de concurso e, em vez disso, argumentando por uma que olha para “fatores relacionados à função”). Os tribunais também justificaram as ordens de custódia por meio da presunção de “zelador principal”, o que exige que o juiz ordene a custódia da pessoa que é a responsável principal pelos filhos. Ver, por exemplo, *Garska v. McCoy*, 278 SE2d 357, 362-63 (W.Va. 1981) (afirmando que a custódia em West Virginia é presumida para ir para o cuidador principal da criança, independentemente do sexo desse cuidador).

O Uniform Marriage and Divorce Act articula um exemplo do melhor interesse do padrão infantil:

O tribunal determinará a custódia de acordo com o interesse superior da criança. O tribunal deve considerar todos os fatores relevantes, incluindo:

- (1) os desejos dos pais da criança quanto à sua custódia;
- (2) os desejos da criança quanto ao seu guardião;
- (3) a interação e o inter-relacionamento da criança com seus pais ou pais, seus irmãos e qualquer outra pessoa que possa afetar significativamente o melhor interesse da criança;
- (4) a adaptação da criança à sua casa, escola e comunidade; e
- (5) a saúde mental e física de todos os indivíduos envolvidos.

O tribunal não deve considerar a conduta de um custodiante proposto que não afete sua relação com a criança.

vocêNIF. MARRIAGE & DIVORCE UMACT § 402 (NNO'eu CONF. DO COMM'RS ON vocêNIF. STATEL. 1974). Essa linguagem destaca a importância de olhar para uma variedade de fatores ao determinar o que é realmente do interesse da criança. Identificação. § 402 cmt.

os interesses incluem a idade da criança, os laços emocionais que a criança tem com um dos pais e a preferência da criança.⁹⁹

Uma vez que um juiz ordene um acordo de custódia, o juiz é obrigado a reavaliar o acordo de custódia a pedido de qualquer uma das partes para garantir que o acordo ainda atenda aos melhores interesses da criança.¹⁰⁰ Frequentemente, para induzir um juiz a reavaliar um acordo de custódia, um dos pais pode alegar que a alienação de um pai está ocorrendo na casa do outro pai.¹⁰¹ Mudanças subsequentes na custódia, no entanto, podem pôr em perigo e traumatizar as crianças.¹⁰²

E. Especialistas em família: como os juízes usam o testemunho de especialista no tribunal

Como os tribunais de família lidam com muitas questões jurídicas, que vão do divórcio à custódia e divisão de bens, as partes ou o juiz podem solicitar o testemunho de um especialista para auxiliar o juiz na investigação dos fatos.¹⁰³ No contexto de uma disputa pela custódia de uma criança, os juízes ou as partes solicitam com mais frequência que um profissional de saúde mental avalie qual arranjo de custódia será realmente o melhor para a criança.¹⁰⁴

⁹⁹Veja, por exemplo, Hollon, No. 2000-CA-00141-SCT (¶ 35) (anunciando onze fatores diferentes que os tribunais do Mississippi devem equilibrar em casos de custódia) ("A consideração da estrela polar em casos de custódia de crianças é o melhor interesse e bem-estar da criança.") Nem todos os estados exigem que os juízes considerem a violência doméstica ao determinar o melhor interesse da criança. Ver *In re Vaughn*, 664 NE2d 434, 439-440 (Mass. 1996), *aff'g RH v. BF*, 653 NE2d 195 (Mass. App. Ct. 1995) (determinando, pela primeira vez em Massachusetts, que um tribunal considera explicitamente a violência doméstica no contexto de um caso de custódia de uma criança).

¹⁰⁰ BAKER & SILBAUGH, nota supra 92, em 167 (delineando a natureza amorfa do melhor interesse do padrão infantil).

¹⁰¹ MA v. AI, No. A-4021-11T1, 2014 NJ Super. Unpub. LEXIS 2887, em * 5 (Super. Ct. App. Div. 15 de dezembro de 2014) (ordenando uma modificação imediata da custódia para atender às preocupações do juiz sobre a síndrome de alienação parental). MA v. AI é o recurso do caso Ionescu examinado no pod-cast, Reveal, pelo Center for Investigative Reporting. Identificação.; Revelar, Custódia Amarga, nota supra 1 (narrando os fatos do caso Ionescu na ótica de Ana Ionescu). No caso MA v. AI, a mãe demandante alegou que o pai réu, que tinha a custódia física dos dois filhos, os estava alienando. 2014 NJ Super. Unpub. LEXIS 2887, em * 4. Após esta alegação e depoimento de especialista sobre o assunto, o juiz ordenou que as crianças participassem de um programa de reabilitação com sua mãe, o pai que haviam acusado de abuso. Identificação.

¹⁰² Ver *RH v. BH*, 653 NE2d 195, 202 (Mass. App. Ct. 1995) (explicando que conceder a custódia da criança a um potencial agressor pode colocar a segurança dessa criança em risco). Outra jovem entrevistada para a história de Reveal's Bitter Custody, Melanie Cole, diz que sua mãe abusou dela, mas que o juiz ordenou a custódia de sua mãe por causa da defesa de alienação parental. Revelar, Custódia Amarga, nota supra 1 Melanie relatou que o abuso de sua mãe a fez suicida e disse que ela havia passado por um profundo trauma emocional por causa da mudança de custódia. Identificação. Estudos mostram que o conflito entre os pais está associado a resultados ruins para a saúde mental dos filhos e que esse conflito aumenta durante os processos de separação e divórcio. Irwin Sandler et al., Effects of Father and Mother Parent -ing on Children's Mental Health in High- and Low-Conflict Divorces, 46 FSOU. CT. REV. 282, 284 (2008).

¹⁰³ UMAREEN ET AL., nota supra 90, em 1-4.

104 BAKER & SILBAUGH, nota supra 92, em 166 (declarando que os tribunais nomeiam tutores ad litem (GAL) e profissionais de saúde mental para ajudar a tomar decisões de custódia).

Esses especialistas geralmente entrevistam as partes e a criança ao fazer suas avaliações.¹⁰⁵ Os especialistas contratados pelo tribunal, como os tutores ad litem, também observarão as interações das partes com a criança e também poderão entrevistar terceiros, como os professores da criança ou prestadores de cuidados de saúde.¹⁰⁶ Depois de fazer suas observações, os especialistas podem redigir um relatório.¹⁰⁷ Qualquer uma das partes pode solicitar, antes do julgamento, que esse especialista tenha permissão para testemunhar.¹⁰⁸ Após uma objeção de uma das partes declarando o testemunho do perito inadmissível, o juiz deve examinar o arcabouço teórico subjacente às conclusões do perito para garantir que a ciência empregada é sólida.¹⁰⁹

Os juízes não são eles próprios especialistas em conceitos psicológicos, por isso frequentemente acolhem o testemunho de especialistas no tribunal para explicar a síndrome de alienação parental e a alienação parental.¹¹⁰ As regras processuais e a lei comum estadual regem o padrão para a admissão de depoimentos de especialistas.¹¹¹ A maioria dos estados segue um de dois padrões - o teste de aceitação geral Frye versus Estados Unidos ou o teste multifatorial Daubert versus Merrel Dow Pharmaceuticals, Inc. - embora alguns estados articulem suas próprias regras para a admissão de especialistas

¹⁰⁵ Sou. Psych. Ass'n, Diretrizes para Avaliações de Custódia em Processos de Vara de Família, 65 AM. PSYCH. 863, 866 (2010) (enumerando as melhores práticas para psicólogos que participam como especialistas em processos judiciais familiares). As diretrizes articuladas pela APA são uma lista de princípios; eles não incluem requisitos específicos de como os psicólogos aderem às diretrizes, desde que se comportem de acordo com o código de ética da Associação. Identificação. em 863.

¹⁰⁶ Identificação. em 865. Um GAL é um advogado nomeado pelo tribunal que investiga o melhor interesse da criança. Ver, por exemplo, Roxanne Mennes, Introduction to Service as a Family Law GAL, em WCINZA. STATE UMADMIN. OFF. DO CTS., CASHINGTON STATE TITLE 26 FAMILY euAW GUARDIAN AD eUTEM GUIDEBOOK2, 2 (2008), <http://www.courts.wa.gov/content/manuals/domviol/appendix.pdf> [<https://perma.cc/3M6Q-D8BD>] (descrevendo os procedimentos GAL em Washington). Supõe-se que um GAL represente o interesse da criança, não dos pais, e teoricamente recebe treinamento extensivo sobre as necessidades dos filhos. Identificação. Envolver um GAL exige o pagamento das partes, portanto, famílias de baixa renda podem evitar a nomeação para evitar os custos associados. VistoC. JUST. PROJETO, YNOSSO FAMILY euAW CASE: WWW YOU CANNOT UMAFFORD THE GAL FEE 1 (2016), https://www.washingtonlawhelp.org/files/C9D2EA3F-0350-D9AF-ACAE-BF37E9BC9FFA/attachments/C6B477EA-2DB6-42F7-8C89-1E393702224F/3117en_cannot-giv-gal-fee.pdf [<https://perma.cc/UB66-KWF5>] (explicando as opções disponíveis em Washington se uma parte não puder pagar a taxa de GAL de \$ 1.000 a \$ 3.000).

¹⁰⁷ Sou. Psych. Ass'n, nota supra¹⁰⁵, em 867; veja O que você precisa saber sobre as avaliações de custódia infantil, OUR FSOU. CIZARD: BREGISTRO, <https://www.ourfamilywizard.com/blog/child-custody-evaluation> [<https://perma.cc/2KJ7-E6CY>] (explicando o processo de avaliação da custódia para pais no sistema de tribunal de família).

¹⁰⁸ Ver, por exemplo, ARIZ. R. FSOU. LP 49 (j) (2020) (exigindo a divulgação de testemunhas especialistas à outra parte antes do julgamento); MBUNDA. R. DOMÉSTICO RELS. P. 26 (2020) (descreve o procedimento para usar testemunhas especialistas no julgamento).

¹⁰⁹ John EB Myers et al., Expert Testimony in Child Sexual Abuse Litigation, 68 NEB. L. REV. 1, 23 (1989) (explicando que qualquer uma das partes ou o juiz pode questionar a confiabilidade de um perito).

¹¹⁰ BAKER & SILBAUGH, nota supra 92, às 4.

¹¹¹ Identificação. em 15–17 (listando as diferentes fontes de direito da família em geral). Veja geralmente MNO-

THIESEN, CICKERT & EUHRER, SC, ADMISSIBILIDADE DE EXPERT TESTIMONIA EM UMALL ANOS 50TATES (2021) (articulando as origens probatórias dos depoimentos de especialistas em cada estado).

testemunho.¹¹² A subseção 1 fornece uma explicação do teste de Frye para a admissibilidade,¹¹³ e a subseção 2 destaca o teste multifatorial de Daubert.¹¹⁴

¹¹²Daubert v. Merrell Dow Pharms, Inc., 509 US 579, 593–94 (1993) (articulando o teste Daubert); Frye v. United States, 293 F. 1013, 1014 (DC Cir. 1923) (estabelecendo o teste de Frye). Veja geralmente ARIZ. REV. STAT. UMANN. § 12-2203 (2020) (aplicando Daubert), invalidado por Lear v. Fields, 245 P.3d 911 (Ariz. Ct. App. 2011); Estado v. Coon, 974 P.2d 386 (Alasca 1999) (aplicando Daubert), revogado por Estado v. Sharpe, 435 P.3d 887 (Alasca 2019); Donaldson v. Cent. Ill. Pub. Serv. Co., 767 NE2d 314 (Ill. 2002) (aplicando Frye), revogado por In re Commitment of Simons, 821 NE2d 1184 (2004); Alsheik v. Guerrero (Alsheik I), 956 NE2d 1115 (Ind. Ct. App. 2011) (rejeitando a adaptação de qualquer teste), revisto por outros motivos, 979 NE2d 151 (Ind. 2012). O teste Daubert foi expandido para incluir evidências não científicas. Kumho Tire Co., Ltd. v. Carmichael, 526 US 137, 138 (1999) (sustentando que os fatores de Daubert também podem ser aplicados a depoimentos de especialistas não científicos como o de um engenheiro).

Embora as abordagens de Daubert e Frye ao testemunho de especialistas sejam certamente as mais comuns, alguns estados optaram por desenvolver seus próprios padrões para a admissão de depoimentos de especialistas. Por exemplo, Alsheik I, 956 NE2d em 1127 (declarando que não há um padrão específico para a admissibilidade do testemunho de especialista); Searles v. Fleetwood Homes of Pa., Inc., 2005 ME 94, ¶¶ 17–29, 878 A.2d 509, 515–

18 (fornecendo uma visão geral do teste que Maine usa para determinar a admissibilidade do depoimento de especialista); State v. Mack, 292 NW2d 764, 772 (Minn. 1980) (gerando um teste de duas partes que modifica o teste de Frye em Minnesota). Minnesota se destaca por seguir seu próprio teste Frye-Mack. Zach Alter, Note, Unpacking Frye-Mack: A Critical Analysis of Minnesota's Frye-Mack Standard for Admit Scientific Evidence, 43 MITCHELL HAMLIN L. REV. 626, 627–28 (2017) (diferenciando Minnesota da maioria dos estados que usam Daubert). Em 1980, no caso State v. Mack, a Suprema Corte de Minnesota foi confrontada com uma questão sobre a admissibilidade do testemunho de um especialista. 292 NW2d em 765–

66. O tribunal decidiu que o testemunho de um especialista baseado em memórias hipnoticamente renovadas era inadmissível de acordo com a lei de Minnesota. Identificação. O tribunal decidiu excluir o testemunho sobre a hipnose de Frye, mas acrescentou um limite adicional: o testemunho proposto deve atender aos “padrões comuns de confiabilidade para admissão”. Identificação. em 772. Em Minnesota, então, as evidências devem: (1) ser geralmente aceitas em sua comunidade científica relevante e (2) ter confiabilidade fundamental. Ver State v. Moore, 458 NW2d 90, 97-98 (Minn. 1990) (aplicando o teste de Frye-Mack à análise de respingos de sangue). A confiabilidade fundamental requer que a parte ofereça uma evidência científica para provar que a base teórica é confiável e está conforme de uma forma confiável, no contexto do caso particular. Identificação. em 98 (opinando que a confiabilidade fundamental é um aspecto crucial do teste de Frye-Mack); ver também Alter, supra, em 659. Os tribunais de Minnesota exigiram ainda que as partes mostrassem que a conclusão do especialista se aplica aos fatos do caso em questão. Alter, supra, em 660 (sugerindo, com base em uma visão geral dos casos de Minnesota, que as partes em Min-nesota têm uma grande carga para demonstrar a confiabilidade dos fundamentos).

Ao criar seu próprio padrão, os juízes de Minnesota seguem uma regra mais objetiva. Goeb v. Tharaldson,

615 NW2d 800, 814 (Minn. 2000) (destacando o potencial de falta de uniformidade nas decisões dos tribunais de primeira instância). Minnesota abordou a preocupação de que Frye era muito restritivo, gerando o teste Frye-Mack. Identificação. (destacando a preocupação da Suprema Corte de Minnesota de que Daubert permite que os juízes tenham muita discricção em suas funções de guarda). A Suprema Corte de Minnesota estava preocupada, quando decidiu Goeb v. Tharaldson em 2000, que Daubert resultaria em muitas decisões inconsistentes; assim, manteve o padrão Frye-Mack. Identificação. A codificação do teste Frye-Mack na Regra de Evidência 702 de Minnesota também representa um meio-termo entre Frye e Daubert porque combina aceitação geral com confiabilidade. Alter, supra,

Em contraste, as Regras de Provas de Indiana concedem aos tribunais uma discricção significativa. Ver euWL. R. EVID. 702 (b) (2020) (“O testemunho científico de especialistas é admissível apenas se o tribunal considerar que o testemunho de especialistas se baseia em princípios científicos confiáveis”). A Suprema Corte de Indiana estava preocupada em liberalizar a admissão de evidências científicas confiáveis porque queria que os juízes tivessem habilidades significativas de controle. Lytle v. Ford Motor

Co., 814 NE2d 301, 309 (Ind. Ct. App. 2004) (afirmando que os juízes têm vastas habilidades de controle de acordo com a Regra de Provas de Indiana 702). O resultado é a falta de qualquer

1. O Padrão Frye para Admissibilidade de Testemunho de Especialista

O teste de Frye é o teste mais restritivo para a admissão do testemunho de especialista.¹¹⁵ Em 1923, o Tribunal de Apelações dos Estados Unidos para o Circuito do Distrito de Colúmbia considerou em Frye que o padrão para a admissão de depoimentos de especialistas é a “aceitação geral” da metodologia do especialista na comunidade científica relevante.¹¹⁶ Para satisfazer esse fardo, aqueles que propõem depoimentos científicos a partir de um arcabouço teórico mais polêmico devem apresentar especialistas para justificar sua posição.¹¹⁷ Este padrão enfatiza a importância da validade e

padrão em Indiana; os juízes de julgamento são encorajados, mas não obrigados a usar os fatores de Daubert para fazer suas determinações de admissibilidade. Ver *Alsheik I*, 956 NE2d em 1127 (“Embora possamos considerar os fatores de Daubert na determinação da confiabilidade, não há teste específico ou conjunto de pinos que devem ser considerados para satisfazer a Regra de Evidência de Indiana 702 (b).”). Em *Alsheik v. Guerrero* (*Alsheik I*) em 2011, o Tribunal de Apelações de Indiana opinou que Indiana não tem um padrão particular para o testemunho de especialistas. 956 NE2d em 1127. Na apelação, a Suprema Corte de Indiana aplaudiu a análise do Tribunal de Apelações com relação ao testemunho do especialista e reverteu por outros motivos. *Alsheik v. Guerrero* (*Alsheik II*), 979 NE2d 151, 153–54 (Ind. 2012) (aceitando a análise do tribunal inferior com respeito ao depoimento de especialista). Portanto, a regra articulada em *Alsheik I* é a lei que rege os tribunais estaduais de Indiana. *Alsheik II*, 979 NE2d em 153. Em vez de aderir a uma regra maleável ou inflexível, os juízes em Indiana são instruídos a usar suas capacidades de controle para evitar processos árduos nos tribunais inferiores. *Alsheik I*, 956 NE2d em 1125.

¹¹³ *Veja infra* notas 115–119 e o texto que o acompanha.

¹¹⁴ *Veja infra* notas 120–129 e o texto que o acompanha.

¹¹⁵ Heather G. Hamilton, Note, *The Movement from Frye to Daubert: Where Do the States Stand?*, 38 JURIMETRIA 201, 209 (1998).

¹¹⁶ *Frye*, 293 F. em 1014. Ao fazê-lo, o tribunal articulou um padrão de admissibilidade que seria usado pelos tribunais estaduais e federais por quase setenta anos. *Daubert*, 509 EUA em 579. Na verdade, embora *Daubert* agora tenha revogado o padrão de Frye em casos federais, em tribunais estaduais de família, Frye ainda é a lei governante no Distrito de Columbia, Califórnia, Illinois, Maryland, New Jersey, Nova York, Pensilvânia e Washington. MATTHIESEN, CICKERT & EUEHRER, SC, nota supra 111, em 3–8. O Havai também usa o teste de Frye para determinar a admissibilidade, mas exige que o especialista atenda aos padrões de evidência estabelecidos nas Regras de Provas 702 e 703 do Havai. *State v. Montalbo*, 828 P.2d 1274, 1280–81 (Haw. 1992).

Em 1923, no processo *Frye v. Estados Unidos*, a Suprema Corte ouviu contestações à metodologia de um especialista. 293 F. em 1013. O réu Frye foi submetido a um teste de detector de mentiras que mediu sua pressão arterial sistólica, supostamente para mostrar que ele estava mentando. Identificação. O advogado do réu objetou à admissão do teste de pressão arterial sistólica, mas a objeção foi rejeitada. Identificação. em 1014. O réu foi condenado por homicídio e recorreu ao DC Circuit. Identificação. O tribunal anulou a condenação, sustentando que um teste de falsificação da pressão arterial sistólica não obteve aceitação geral e, portanto, não era admissível. Identificação.

¹¹⁷ *Ver*, por exemplo, *MA v. AI*, No. A-4021-11T1, 2014 NJ Super. Unpub. LEXIS 2887, em * 4 (Super. Ct. App. Div. 15 de dezembro de 2014) (listando a variedade de especialistas que se apresentaram para testemunhar no caso Ionescu); Anjelica Cappellino, *Admitting Expert Testimony Under the Frye Standard: The Ultimate Guide*, EXPERT eUNST. (25 de junho de 2020), <https://www.expertinstitute.com/resources/insights/admitting-expert-testimony-under-the-frye-standard-the-ultimate-guide/> [<https://perma.cc/GSL4-CG72>] (fornece uma visão geral das maneiras pelas quais pode ser demonstrado que o arcabouço teórico de um especialista atingiu a “aceitação geral”). A aceitação geral pode ser demonstrada “pesquisando publicações científicas, decisões judiciais ou aplicações práticas, ou apresentando depoimentos de cientistas quanto às atitudes de seus colegas cientistas”. CHARLES T. MCCORMICK, MCCORMICK

ON EVIDENCE § 203.1 (Robert P. Mosteller et al. Eds., 4^a ed. 1992), Westlaw (ênfase adicionada) (citações omitidas).

confiabilidade da ciência em questão.¹¹⁸ Os tribunais estaduais que optaram por aderir à Frye o fizeram em grande parte por causa de sua hesitação em exigir que os juízes do tribunal de primeira instância tomem decisões sobre se algo é cientificamente aceitável ou não.¹¹⁹

2. O Padrão Daubert para a Admissibilidade do Testemunho de Especialista

O padrão Daubert é um teste mais flexível do que o Frye.¹²⁰ Em 1992, o Supremo Tribunal Federal decidiu em Daubert que as Regras Federais de Provas substituíram Frye, e o Tribunal gerou um teste multifatorial para a admissibilidade do testemunho pericial.¹²¹ Relevante para o caso Daubert foi a Regra Federal de Provas 702, que rege o depoimento de especialistas e exige que tais provas ajudem o julgador do fato.¹²²

O Tribunal decidiu, em última análise, que a Regra 702 substituiu o teste geral de aceitação articulado em Frye.¹²³ Para ser admissível sob Daubert, um tribunal deve considerar se a teoria: (1) é testável; (2) foi sujeito a revisão por pares e publicação; (3) tem uma taxa de erro conhecida ou potencial; e (4) obteve aceitação geral na comunidade científica relevante.¹²⁴ O ex-

¹¹⁸ Ver Hamilton, nota supra 115, em 204 (explicando que a facilidade com que o teste de Frye pode ser administrado enfatiza a validade de um método científico).

¹¹⁹ Ver *State v. Copeland*, 922 P.2d 1304, 1314–15 (Wash. 1996) (destacando a dificuldade que os juízes enfrentam ao avaliar o testemunho que está muito além de seu próprio conhecimento e experiência); ver também Daniel E. Fisher, Nota, *Daubert v. Merrell Dow Pharmaceuticals: A Suprema Corte Dá Juízes Federais, as chaves para o portão da admissibilidade do testemunho científico especializado*, 39 *SDL REV.* 141, 155 (1994) (observando que os juízes dos tribunais distritais frequentemente recebem responsabilidades e autoridade além do conhecimento e das habilidades do tribunal em muitos casos); Hamilton, nota supra 115, em 204 (listando cinco razões pelas quais o teste de Frye é particularmente útil para um tribunal de primeira instância). Os estudiosos do direito consideram o teste de Frye muito mais conservador do que o padrão de Daubert. 1 *SCIENTIFIC EVIDENCE* § 1.06, Lexis (6ª ed. 2020).

¹²⁰ 1 *SCIENTIFIC EVIDENCE* § 1.09 (“Há muita linguagem presente na opinião de Daubert que aponta para um padrão relaxado.”); Hamilton, nota supra 115, em 209.

¹²¹ *Daubert*, 509 US em 579. Em um processo de responsabilidade do produto, os demandantes queriam que um especialista testemunhasse, mas a metodologia do especialista não satisfaz o teste de Frye. Identificação. Os demandantes afirmaram que a droga do réu, Bendectin, causou graves defeitos congênitos em crianças e queriam que o tribunal admitisse o testemunho de especialistas que testaram carcinógenos *in vitro* e *in vivo*. Identificação. em 582. Na época, o teste de Frye havia sido debatido em escopo e aplicação. Identificação. em 585-86 (descrevendo a controvérsia em torno da decisão Frye).

¹²² FED. R. EVID. 702 (a).

¹²³ *Daubert*, 509 EUA em 588. A Suprema Corte dos EUA argumentou que, porque não havia menção de aceitação geral ou Frye na própria Regra 702, estava claro que os redatores das Regras Federais de Provas não queriam incorporar a aceitação geral teste. Identificação. em 589. As notas do Comitê Consultivo que acompanham a Regra 702 também observaram que o Comitê incorporou a posição de Daub-ert na Emenda de 2000. FED. R. EVID. 702 nota do comitê consultivo à emenda de 2000.

¹²⁴ *Daubert*, 509 US em 593–94. Ao fazer seu novo padrão, o Tribunal de Daubert ilustrou que o testemunho de especialista deve atender à Regra Federal de Provas 104 (a), exigindo que o testemunho seja de conhecimento científico e útil na determinação de um fato. Identificação. em 592. Estes fatores, embora relacionados com a Regra 702, estão na verdade tratando de questões preliminares ao abrigo da Regra 104 (a). Identificação. Ao decidir que a testabilidade é importante para uma investigação de admissibilidade, a Corte demonstrou que a ciência moderna se baseia em testar e modificar hipóteses.

Identificação. em 593. A revisão por pares e a publicação são igualmente indicativos da ciência moderna, embora o Tribunal reconhecesse que algumas teorias são improváveis de serem publicadas porque

a aaminação sob o teste multifatorial de Daubert é fluida; uma teoria não precisa atender a todos esses requisitos articulados para ser admissível de acordo com a Regra 702.¹²⁵

Ao aplicar e analisar os fatores de Daubert, os tribunais federais destacaram a importância da função de “porta de entrada” de um juiz de primeira instância, em que os juízes devem determinar se o testemunho é confiável e relevante.¹²⁶ Como tal, os juízes do julgamento têm grande poder discricionário ao decidir se devem admitir provas sob Daubert.¹²⁷ Os tribunais estaduais que adotaram esses fatores também destacaram sua flexibilidade.¹²⁸ No entanto, esses tribunais ainda exigem a base do testemunho de especialistas para ter algum fundamento científico.¹²⁹

II. COMO OS TRIBUNAIS ESTADUAIS TRATAM A ALIENAÇÃO DOS PAIS E A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO DOS PAIS

Por causa de seus padrões de evidências variáveis, diferentes tribunais estaduais têm abordado questões relacionadas à admissibilidade do testemunho de especialistas relacionados à síndrome de alienação parental e alienação parental de várias maneiras.¹³⁰

eles são muito novos ou muito específicos. Identificação. Como resultado, o Tribunal reconheceu que a publicação e a revisão por pares são relevantes, mas não são susceptíveis de admissibilidade. Identificação. em 593-94. O Tribunal observou também que a taxa de erro pode indicar a fiabilidade de um método específico, assim como a aceitação geral de uma teoria. Identificação. Ao considerar a aceitação generalizada de uma teoria, a Corte disse que a aceitação pode ser útil, mas não permite explicitamente a admissibilidade. Identificação. em 594-95.

¹²⁵ *Veja id.* em 592-94 (“A investigação prevista pela Regra 702 é, enfatizamos, flexível.”); Eu iria. (destacando a importância dos requisitos recentemente flexíveis para o testemunho de especialistas).

¹²⁶ *Veja, por exemplo,* Thorpe v. Davol, Inc., No. 008-463ML, 2011 US Dist. LEXIS 11836, em * 49, * 89-91 (DRI 4 de fevereiro de 2011) (argumentando que os fatores de Daubert são úteis, mas não definitivos nem exaustivos para determinar a admissibilidade de certos depoimentos de especialistas). Notavelmente, nem todos os fatores Daubert se aplicam ao testemunho de cada especialista proposto. *Veja* 2 FEDERAL EVIDENCE TACTICS § 7.02 (2020).

¹²⁷ *Thorpe*, 2011 US Dist. LEXIS 11836, em * 51 (“O tribunal de primeira instância deve ter o mesmo tipo de latitude para decidir como testar a confiabilidade de um perito ... como tem quando decide se o depoimento relevante desse especialista é confiável. (Ênfase omitida) (citando Kumho Tire Co., Ltd. v. Carmi-chael, 526 US 137, 152 (1999))). Determinar se o testemunho vai ao encontro de Daubert, no entanto, pode ser difícil para juízes que não têm uma especialização subjacente no testemunho proferido ou treinamento científico. *Veja* 2 FEDERAL EVIDENCE PRACTICE GUIDE § 11.18 (atualizado em março de 2021).

¹²⁸ *Ver*, por exemplo, Miller v. Eldridge, 146 SW3d 909, 919 (Ky. 2004) (criticando o tribunal de primeira instância por aplicar uma metodologia muito mecanicista na aplicação dos fatores de Daubert). Por exemplo, em um caso de 2004, Miller v. Eldridge, a Suprema Corte de Kentucky opinou que os problemas na metodologia do especialista do queixoso - suas qualificações, seu uso da ciência e sua aplicação de sua metodologia aos fatos do caso - eram “um terreno fértil para um interrogatório robusto”, mas ainda não eram uma razão para excluir o testemunho completamente. Identificação. em 922.

¹²⁹ *Ver* Kemp v. Estado, 280 So. 3d 81, 88-91 (Fla. Dist. Ct. App. 2019) (sustentando que a metodologia de um especialista para avaliar a forma dos danos causados por colisões em um veículo não veio de uma base científica sólida); *ver* também Miller, 146 SW3d em 922 (advertindo do “charlatanismo pseudocientífico” que Daubert pretende manter fora de um julgamento).

¹³⁰ *Veja infra* notas 133–158 e o texto que o acompanha. Muitos tribunais de apelação também se recusaram a abordar a admissibilidade da síndrome de alienação parental e alienação parental porque as questões não foram devidamente preservadas para recurso. Por exemplo, *Grove v. Grove*, 386 SW3d 603, 606 (negando a uma das partes uma audiência de Daubert porque o apelante falhou em preservar a questão probatória para apelação). Da mesma forma, a Suprema Corte de Illinois em 2004 se recusou a abordar a questão da admissibilidade, mantendo

A Seção A desta Parte discute como e por que os tribunais permitiram o testemunho sobre a alienação parental.¹³¹ A seção B então destaca as razões pelas quais os tribunais excluíram tais provas.¹³²

A. Abraçando a rejeição: quando os Estados aceitarem a evidência da síndrome de alienação parental e alienação parental no tribunal de família

Alguns estados permitem o testemunho sobre a síndrome de alienação parental e alienação parental no tribunal com pouca hesitação.¹³³ Por exemplo, Nova York, que emprega o teste Frye vs. Estados Unidos para a admissibilidade de provas periciais, tem uma história relativamente longa de reconhecimento da alienação parental em seus tribunais familiares.¹³⁴ O conceito foi introduzido pela primeira vez nos tribunais do Estado de Nova York em 1991, quando um pai foi acusado e considerado culpado por programar uma criança para fazer uma falsa acusação de abuso sexual.¹³⁵ Como a síndrome de alienação parental e a alienação parental continuaram a surgir nos casos de Nova York, os tribunais estaduais começaram a exigir evidências de que uma parte se envolveu intencionalmente em comportamentos alienantes apenas com o propósito de programar a criança.¹³⁶

que o testemunho sobre a síndrome de alienação parental não foi a base para a decisão do tribunal inferior em *In re Marriage of de Bates*, 819 NE2d 714, 731 (Ill. 2004).

¹³¹ *Veja infra* notas 133–142 e o texto que o acompanha.

¹³² *Veja infra* notas 143–158 e o texto que o acompanha.

¹³³ *Veja infra* notas 133–142 e o texto que o acompanha (delineando as práticas de vários tribunais de Nova York e Connecticut, que freqüentemente admitem o testemunho de ambos os conceitos).

¹³⁴ *Ver JF v. DF*, No. 2012/01795, 2018 NY Misc. LEXIS 5991, em *9–22 (Sup. Ct. 6 de dezembro de 2018) (forneendo uma visão geral histórica da alienação parental em Nova York).

¹³⁵ *Em re Karen B. v. Clyde M.*, 574 NYS2d 267, 271-72 (Fam. Ct. 1991), *aff'd sub nom. Karen PP v. Clyde QQ*, 602 NYS2d 709, 709 (App. Div. 1993). Em 1991, o Tribunal de Família do condado de Fulton considerou que a evidência da síndrome de alienação parental era admissível quando uma mãe acusou o pai de uma criança de agredi-la sexualmente em *In re Karen B. v. Clyde M.* 574 NYS2d em 268. De acordo com a mãe, a criança revelou abuso sexual em 1990. Id. A mãe contou a um amigo da família que então falou com a criança e ligou para o Family Services em Nova York. Identificação. A criança foi entrevistada por uma série de assistentes sociais que determinaram que a criança, Mandi, não foi abusada sexualmente por seu pai. Identificação. em 270. Ao proferir sua decisão, o Tribunal de Família se referiu às obras de Gardner para explicar por que uma criança pode mentir sobre o abuso sexual. Identificação. em 271-72. Embora o tribunal não tenha declarado explicitamente que Mandi estava sofrendo de síndrome de alienação parental, ele descreveu a programação e a lavagem cerebral que a criança experimentou, culpando sua mãe. Identificação. em 272. Consequentemente, o tribunal modificou o acordo de visitação e retirou a guarda da criança de sua mãe, e concedeu a guarda ao pai de Mandi. Identificação.

¹³⁶ *Por exemplo*, *In re Smith v. Bombard*, 714 NYS2d 336, 338 (App. Div. 2002) (declarando na apelação que o argumento do pai de que a mãe fez declarações sobre ele com o "único propósito" de "intencionalmente" alienar a criança era inconsistente com o registro do julgamento). Em 2002, um tribunal de apelações de Nova York considerou, em *In re Smith v. Bombard*, que um pai não havia demonstrado com sucesso evidências de síndrome de alienação parental para justificar sua recusa em pagar pensão alimentícia. Identificação.

Outro tribunal de Nova York chegou a sugerir que a síndrome de alienação parental merecia uma audiência Frye. *Veja Zafran v. Zafran* (Zafran I), 740 NYS2d 596, 599-600 (Sup. Ct. 2002) (concedendo uma moção para uma audiência Frye sobre a síndrome de alienação parental), *afixado*, 761 NYS2d 317 (App. Div. 2003). Em 2002, em *Zafran I*, um tribunal de julgamento de Nova York examinou, como questão de primeira impressão, se a síndrome de alienação parental deveria ser admissível como

testemunho de especialista. Identificação. em 600. Na época, os dois filhos das partes residiam exclusivamente com o pai e não tinham contato com a mãe, e as partes '

Um tribunal de julgamento de Nova York, buscando esclarecer o que é necessário para a admissão do testemunho de alienação parental, fez uma comparação com o delito de inflexão intencional de sofrimento emocional.¹³⁷

Quando analisada sob essa ótica, a alienação parental requer então que a alegada conduta alienante: (1) seja dirigida pelo progenitor favorecido, sem qualquer outra justificativa legítima; (2) ser realizada com a intenção de prejudicar a reputação do outro progenitor aos olhos da criança ou desconsiderar uma possibilidade substancial de causar tal dano; (3) causar aproximadamente uma diminuição do interesse da criança em passar tempo com o pai não-favorecido e; (4) resultar na recusa da criança de passar tempo com o pai visado, seja pessoalmente ou por meio de outras formas de comunicação.¹³⁸

Tribunais em outros estados admitiram o testemunho de um especialista sobre a alienação parental usando os fatores *Daubert v. Merrell Dow Pharmaceuticals, Inc.*¹³⁹ Por exemplo, em 2017, no caso *JH v. JD*, um Tribunal de Família de Delaware permitiu o testemunho sobre a alienação parental em uma batalha de custódia entre uma mãe biológica e um pai adotivo.¹⁴⁰ Em sua decisão, o tribunal examinou as credenciais do perito que testemunhou, um psicólogo clínico, e disse que ele "ofereceu evidências relevantes com base em métodos confiáveis".¹⁴¹

a filha residia exclusivamente com a mãe e não tinha contato com o pai. *Zafran v. Zafran (Zafran II)*, 761 NYS2d 317, 318–19 (App. Div. 2003) (explicando o arranjo de custódia original quando o tribunal decidiu a questão *Frye*). O tribunal acabou ordenando a guarda permanente da filha para a mãe, apontando para o comportamento alienante do pai como a razão para a modificação da guarda. Identificação. em 319.

¹³⁷ *JF*, 2018 NY Misc. LEXIS 5991, em * 19–21. A inflexão intencional de sofrimento emocional é um delito civil que impõe responsabilidade àqueles que se envolvem em conduta ofensiva que resulta em sofrimento emocional grave. *Howell v. NY Post Co.*, 612 NE2d 699, 702 (NY 1993). O delito em Nova York tem quatro elementos: (1) conduta extrema e ultrajante; (2) intenção de causar, ou desconsideração de uma probabilidade substancial de causar sofrimento emocional grave; (3) uma conexão causal entre a conduta e a lesão; e (4) sofrimento emocional severo. Identificação.

¹³⁸ *JF*, 2018 NY Misc. LEXIS 5991, em * 22. Ao criar um novo “teste” para a alienação parental, o tribunal *JF v. DF* rejeitou a alienação parental como aplicada aos fatos do caso. Identificação. em * 12. O reconhecimento formal do conceito pelo tribunal, no entanto, é significativo. Identificação. em * 89; ver também *In re ES v. SS*, 2019 NY Misc. LEXIS 1183, em * 17–18 (Fam. Ct. 18 de março de 2019) (demonstrando que os tribunais de Nova York tentaram abraçar a alienação parental como um conceito sem aceitá-la como uma síndrome).

¹³⁹ *Por exemplo*, *JH v. JD*, n° CN16-33191, 2017 WL 4403331, em * 7 (Del. Fam. Ct. 17 de agosto de 2017) (examinando o depoimento de um especialista sobre alienação parental usando os fatores de *Daubert*). Em nenhum momento, porém, o tribunal explicou como realmente avaliou o arcabouço teórico proposto, como deveria ser exigido por *Daubert*. Veja geralmente *id.* (afirmando que o depoimento era admissível nos termos de *Daubert* sem aplicar os fatores de *Daubert* ao depoimento do perito em questão). Mas veja *Bowen v. El DuPont de Nemours & Co.*, 906 A.2d 787, 795 (Del. 2006) (explicando o teste multifatorial que os tribunais de Delaware devem se submeter ao examinar a metodologia). Em vez disso, o tribunal baseou-se no testemunho do especialista sobre “más práticas parentais”, sem examinar o arcabouço teórico subjacente à alienação parental. Veja *JH*, 2017 WL 4403331, em * 8.

¹⁴⁰2017 WL 4403331, em * 7.

¹⁴¹ *Identificação.*

Alguns comentaristas elogiam a decisão de permitir evidências da síndrome de alienação parental e alienação parental no tribunal porque, eles argumentam, isso vai de mãos dadas com o melhor interesse do padrão da criança.¹⁴²

B. Rejeição da rejeição: quando os Estados não aceitam evidências de alienação parental e síndrome de alienação parental no tribunal de família

Outros estados, entretanto, quando tiveram a oportunidade de ouvir testemunhos sobre a síndrome de alienação parental e alienação parental, rejeitaram.¹⁴³ Por exemplo, vários tribunais estaduais rejeitaram ambas as teorias usando o teste de Frye para admissibilidade.¹⁴⁴ Um tribunal criminal de Nova York, por exemplo, concluiu que a síndrome de alienação parental não havia alcançado aceitação geral, conforme exigido pelas regras probatórias do estado.¹⁴⁵ Isso contrasta com a decisão de outros tribunais de família de Nova York quanto ao fato de a síndrome de alienação parental ter alcançado aceitação geral na comunidade científica.¹⁴⁶

Além disso, nem todos os tribunais de família em Nova York se dispuseram a reconhecer a alienação parental como um conceito válido, digno de testemunho em tribunais de família.¹⁴⁷ Por exemplo, em 2017, em *In re Montoya v. Davis*, a Divisão de Apelação da Suprema Corte de Nova York expressou ceticismo em relação à alienação parental quando rejeitou o depoimento de um avaliador forense sobre a alegação da mãe

142 *Por exemplo*, Richard A. Warshak, *When Evaluators Get It Wrong: False Positive IDs and Parental Alienation*, 26 PSYCH. PUB. POL'Y & L. 54, 64 (2020) (fornecendo sugestões para avaliadores para melhorar a pesquisa sobre alienação parental, de modo que tais evidências possam ser usadas com mais frequência no tribunal). Ver geralmente Schwartz, nota supra⁵ (argumentando que a alienação parental se encaixa ou deve ser incorporada no melhor interesse do padrão da criança). Um estudante Note, citado por vários tribunais estaduais, chegou a sugerir que o direito da família é o melhor espaço legal para lidar com a alienação parental. Identificação. em 826-29; ver, por exemplo, *Baker v. Jefferson*, No. B279226, 2017 Cal. Aplicativo. Unpub. LEXIS 7679, em * 13-14 (7 de novembro de 2017) (citando Schwartz, nota supra⁵, como prova de que o tribunal de família é o local apropriado para a alienação parental); *Martínez v. Vega*, n° KLAN201800835, App 2019 PR. LEXIS 1479, em * 44 (Ct. App. 31 de maio de 2019) (referenciando Schwartz, nota supra⁵, traçar um paralelo com jurisdições onde a alienação parental é às vezes usada como delito). O autor do aluno sugere que o melhor padrão de interesse deve impedir explicitamente um pai de se envolver na alienação parental. Schwartz, nota supra⁵, em 833-36. O autor acredita que fazer isso será uma forma preventiva de abordar o problema da alienação parental. Identificação. em 833-34.

143 *Veja infra* notas 143-158 e o texto que o acompanha; ver também, por exemplo, *Traux v. Traux*, 874 P.2d 10, 11 (Nev. 1994) (sustentando a decisão de um tribunal de rejeitar o testemunho sobre a síndrome de alienação parental). Por exemplo, em 1994, no processo *Traux v. Traux*, a Suprema Corte de Nevada destacou a discrição do mediador do tribunal de família para determinar qual testemunho era confiável. Identificação. Fê-lo após o relatório de um advogado especial nomeado pelo tribunal e um terceiro perito testemunharem que houve abuso parental real por parte do progenitor que não detém a custódia e opinar que não havia evidência de síndrome de alienação parental. Identificação. Como dois especialistas discordaram da opinião de um especialista que argumentou a favor da síndrome de alienação parental, o tribunal se sentiu confortável em rejeitar esse depoimento. Identificação.

144 *Por exemplo*, *People v. Fortin*, 706 NYS2d 611, 613-14 (Nassau Cnty. Ct. 2000).

145 *Identificação*.

¹⁴⁶*Compare id.* (barrando o testemunho da síndrome de alienação parental), com *Zafran v. Zafran*, 740 NYS2d 596, 600 (Sup. Ct. 2002) (permitindo a consideração da síndrome de alienação parental *testimo-ny*), *aff'd*, 761 NYS2d 317 (App. Div. 2003).

¹⁴⁷*Por exemplo*, *In re Montoya v. Davis*, 66 NYS3d 350, 353 (App. Div. 2017).

comportamento alienante extremamente problemático.¹⁴⁸ Ao fazê-lo, o tribunal indicou que a alienação parental não tinha recebido "aceitação geral [] [ance]" na comunidade científica, conforme exigido por Frye, e que isso foi demonstrado em parte pelo fato de que não foi aceita pelo DSM-5 da APA.¹⁴⁹

Alguns estados de Daubert também rejeitaram o testemunho de especialistas sobre a síndrome de alienação parental e alienação parental.¹⁵⁰ Por exemplo, em 2012, a Suprema Corte de Connecticut em *Mastrangelo v. Mastrangelo* conduziu uma audiência para examinar depoimentos sobre a síndrome de alienação parental e alienação parental.¹⁵¹ Dois especialistas testemunharam e, embora ambos concordassem que a alienação parental pode ser um comportamento de um dos pais, um especialista defendeu veementemente a síndrome de alienação parental e um especialista negou veementemente a existência da síndrome.¹⁵² Como os especialistas não discordavam sobre a existência da alienação parental como fenômeno, o tribunal de *Mastrangelo* não examinou a questão, mas conduziu uma audiência sobre a admissibilidade das evidências da síndrome de alienação parental.¹⁵³ Além disso, como a teoria havia sido "rejeitada com veemência" por muitos nos campos científico e jurídico, o tribunal de Connecticut considerou que a síndrome de alienação parental não passou na versão estadual do teste de Daubert.¹⁵⁴

Os juristas também criticaram a admissibilidade do testemunho sobre a alienação parental.¹⁵⁵ **Esses críticos acusam a teoria de ser uma pseudociência usada por profissionais e pais abusivos para minar o abuso.**

¹⁴⁸ *Identificação*. Ao desacreditar o relatório do avaliador forense, o tribunal *Montoya v. Davis*, em 2017, concluiu que o avaliador tinha um forte viés em relação ao pai. *Identificação*. em 353–54. Por exemplo, o avaliador denegriu repetidamente a mãe sem motivo, mas elogiou o pai em várias ocasiões. *Identificação*. no

353. O avaliador recomendou a mudança da guarda da mãe para o pai devido à alienação parental. *Identificação*. em 354. Esta decisão foi finalmente anulada em recurso. *Identificação*. em 358–59 (modificando a programação dos pais para devolver a custódia da criança à mãe com direitos de visita ao pai).

¹⁴⁹ *Identificação*. em 353 n.5 (“[O] Tribunal está preocupado com o avaliador forense ter sido considerado um especialista em 'alienação parental', o que não é um diagnóstico incluído na Quinta Edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.”) O tribunal também apontou que a alienação parental foi rejeitada explicitamente no sistema de justiça criminal de Nova York. *Identificação*.; ver também Fortin, 874 P.2d em 613-14 (aplicando o teste de Frye à síndrome de alienação parental e determinando que não atendia ao padrão de admissibilidade).

¹⁵⁰ *Por exemplo*, *Mastrangelo v. Mastrangelo*, No. NNHFA054012782S, 2012 WL 6901161, em * 9 (Conn. Super. Ct. 20 de dezembro de 2012).

¹⁵¹ *Identificação*. em * 2.

¹⁵² *Identificação*. em * 5-6.

¹⁵³ *Identificação*. às 8.

¹⁵⁴ *Identificação*. em * 8–9.

¹⁵⁵ *Veja geralmente* Meier, nota supra 16; ver também Emmaline Campbell, Nota, Como agressores de violência doméstica usam processos judiciais em tribunais de família para abusar de vítimas, e como os tribunais podem pôr um fim nisso, 24 *UCLA Wpresságio's LJ* 41, 46–47 (2017) (sugerindo

que a alienação parental ainda é usada nos tribunais de família, apesar do fato de que geralmente tem sido desacreditada pela comunidade científica).

ções.¹⁵⁶ Um estudo recente descobriu que os tribunais eram menos propensos a creditar alegações de abuso feitas por mulheres contra homens quando o homem levantava a alienação parental como uma defesa.¹⁵⁷ Os críticos estão particularmente preocupados com o uso da alienação parental contra sobreviventes de violência doméstica e encorajam os tribunais a rejeitar a alienação parental como um conceito válido para o testemunho.¹⁵⁸

III. ACRÍTICO UMANÁLISE DO EVIDENCIÁRIO STANDARDS

PARA UMA ADMISSIBILIDADE DE PARENTAL

UM ALIENAÇÃO

Com uma compreensão de como os tribunais estaduais lidaram com a alienação parental no passado, esta parte emprega uma análise crítica da admissibilidade da alienação parental como um conceito.¹⁵⁹ Como a alienação parental é uma construção mais liberal e recente da síndrome de alienação parental, esta parte pressupõe que, se a alienação parental não pode sobreviver ao escrutínio das evidências, a síndrome também não.¹⁶⁰ A Seção A desta Parte examina por que a alienação dos pais, se permitida, deve sempre exigir o testemunho de um especialista.¹⁶¹ A Seção B então aborda a admissibilidade de tal testemunho de especialista sob os padrões *Frye v. United States* e *Daubert v. Merrell Dow Pharmaceuticals, Inc.*¹⁶² A Seção C destaca as razões de política pública pelas quais o termo “alienação parental” e os conceitos relacionados devem ser excluídos completamente do discurso do tribunal de família.¹⁶³

A. Os tribunais devem exigir testemunho de especialista nos casos Envolvendo Alienação Parental

A maioria dos tribunais de família, semelhante à Regra Federal de Provas 702 (a), exige que o testemunho de um especialista seja útil para o investigador.¹⁶⁴ Com os pais

¹⁵⁶JOAN S. MEIER ET AL., GEO. CCINZA. VOCÊNIV. L. SCH. PUB. L. RSCH. & GEO. CCINZA. VOCÊNIV. EU E-

GAROTA STUDS. RSCH., PAPER NO. 2019-56, CHILD CUSTODY OUTCOMES IN CASES EU INVOLVING PARENTAL UM ALIENAÇÃO E UM ABUSE UM ALLEGAÇÕES 3 (2019), https://scholarship.law.gwu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2712&context=faculty_publications [<https://perma.cc/CAU5-HFEM>].

¹⁵⁷ *Identificação*. em 13–14. Este estudo descobriu que os tribunais eram mais propensos a desacreditar o abuso infantil e o abuso de parceiro quando os homens levantavam reivindicações cruzadas de alienação parental contra as mulheres. *Identificação*. Os tribunais provavelmente atribuíam crédito às alegações de abuso doméstico sem alienação dos pais em apenas 45% dos casos; com a alienação parental, esse percentual era ainda menor. *Identificação*. em 12–14.

¹⁵⁸ Campbell, nota supra 155, em 46-47 (argumentando que a alienação parental é um meio para os agressores manipularem os tribunais e se oporem às sobreviventes de violência doméstica). Esta nota do aluno rejeita completamente o conceito de alienação parental como “desacreditado”. *Identificação*. em 47.

¹⁵⁹ *Veja infra* notas 160–223 e o texto que o acompanha.

¹⁶⁰ *Veja infra* notas 160–223 e o texto que o acompanha.

¹⁶¹ *Veja infra* notas 164–171 e o texto que o acompanha.

¹⁶² *Veja infra* notas 172–183 e o texto que o acompanha.

¹⁶³Veja *infra* notas 210–223 e o texto que o acompanha.

¹⁶⁴Veja, *por exemplo*, FED. R. EVID. 702 (a) (articulando que um especialista pode testemunhar a sua opinião se o testemunho for útil para o julgador de fato); 7.01 Opinião de Expert Witness, NY UNIFICADO CT. SYS. GUIDE PARA NY EVIDENCE, <https://www.nycourts.gov/JUDGES/evidence/7-OPINION/ARTICLE-7->

Tal alienação, os proponentes sugerem que o comportamento de rejeição da criança é irracional e freqüentemente inconsistente com a experiência real da criança e seu relacionamento com o pai acusado.¹⁶⁵ Conseqüentemente, a percepção que um “especialista” poderia fornecer sobre o comportamento de uma criança seria absolutamente útil para um juiz de instrução.¹⁶⁶ Se o testemunho for simplesmente sobre o comportamento do pai alienante, não é necessário um especialista, mas o termo “alienação parental” não deve ser usado porque vem com várias definições carregadas e variadas.¹⁶⁷

Os defensores da alienação parental geralmente concordam com a proposição de que o testemunho, de fato, requer um especialista.¹⁶⁸ Freqüentemente, portanto, os juízes que agem sem a orientação de psicólogos e outros especialistas devem tomar uma decisão para a qual não estão qualificados.¹⁶⁹ A consideração do depoimento de especialista aliviaria parte da responsabilidade dos juízes, atribuindo a responsabilidade de interpretação e explicação da evidência “científica” ao especialista proposto.¹⁷⁰ O fato de certos depoimentos deverem ser considerados no contexto de um perito não os tornam admissíveis em um tribunal de família.¹⁷¹

RULES.pdf [https://perma.cc/44S9-EPLV] (requerendo evidências para ajudar o localizador de fatos na subseção (1) (b)).

¹⁶⁵ GOTTLIEB, nota supra 24, em 217 (afirmando que os advogados e juízes precisam do testemunho de especialistas quando se trata de alienação parental). Gottlieb caracteriza a síndrome de alienação parental como “desconcertante” para o sistema legal. Identificação. Um funcionário do tribunal disse a Gottlieb que o testemunho de um especialista em saúde mental é crucial para os casos de direito da família. Identificação. Outros funcionários do tribunal concordaram que o testemunho de um especialista pode informar os juízes sobre o comportamento aparentemente irracional das crianças. Identificação. em 217-47 (fornecendo uma série de anedotas de funcionários do tribunal, profissionais de saúde mental e advogados sobre casos em que o testemunho sobre a alienação dos pais foi importante para o resultado do caso legal).

¹⁶⁶ Identificação. em 217.

¹⁶⁷ BERNET, nota supra 7, em 3-7 (explicando as inconsistências de definição que os defensores da síndrome de alienação parental e alienação parental têm usado desde o início dos conceitos); Eu iria. em 5 (“Estamos explicando essas definições em detalhes porque percebemos que alguns autores deram outros significados para ‘alienação parental’ ...”). Alguns estudiosos, observa Bernet, usaram a alienação parental para descrever o pai e a síndrome de alienação parental para descrever a criança. Identificação. em 5. Outros usaram a alienação parental para descrever qualquer problema relacional, justificado ou não, entre o pai e o filho, e usaram a síndrome de alienação parental para descrever a rejeição injustificada do pai. Identificação. Por causa da inconsistência de definição, Bernet propôs sua própria definição para “transtorno de alienação parental” para esclarecer qualquer confusão. Identificação. Quando houver inconsistência de definição entre os profissionais de saúde mental, certamente haverá confusão entre os juízes que carecem de compreensão diferenciada dos transtornos mentais. Veja GOTTLIEB, nota supra 24, em 218 (“Se o profissional de saúde mental não tem conhecimento do que é [síndrome de alienação parental], então como ... o juiz será informado de sua presença ...?”) (citando uma entrevista com uma família advogado). Mas veja In re Suzanne QQ. v. Ben RR., 75 NYS3d 697, 699 (App. Div. 2018) (sustentando que um tribunal de primeira instância não precisa admitir o testemunho de um especialista para considerar o conceito de alienação parental).

¹⁶⁸ Ver GOTTLIEB, nota supra 24, em 218.

¹⁶⁹ Ver *Floray v. State*, 720 A.2d 1132, 1135 (Del. 1998) (destacando que o testemunho de um especialista é útil, especialmente quando uma criança se comporta de maneira inconsistente com as expectativas de um investigador).

¹⁷⁰ GOTTLIEB, nota supra 24, em 218-19.

¹⁷¹ Veja *infra* notas 174–223 e o texto que o acompanha (discutindo a inadmissibilidade da alienação parental sob diferentes regras estaduais para a admissão de depoimentos de especialistas). Por exemplo, a

análise de caligrafia costuma ter influência em casos criminais. Ver, por exemplo, *Pettus v. Estados Unidos*, 37 A.3d 213, 215 (DC Cir. 2012) (descrevendo como o testemunho manuscrito ajudou o júri a condenar um réu de

B. Testemunho de especialista sobre alienação parental não é admissível sob os padrões de testemunho de especialista mais comuns

Na verdade, como proposto atualmente, a alienação parental não é admissível sob Daubert ou Frye, e a síndrome de alienação parental, como uma versão mais controversa da alienação parental, certamente também não é.¹⁷²

Subseção 1 analisa

crime de homicídio, agressão sexual e roubo). Especialistas em caligrafia, porém, são controversos. Mark Page et al., *Forensic Identification Science Evidence Since Daubert: Part II — Judicial Reasoning in Decisions to Exclude Forensic Identification Evidence on Grounds of Reliability*, 56 J. FORENSIC SCIS. 913, 914 (2011) (“Do exame dos 81 casos em que a ciência da identificação forense [incluindo o testemunho de caligrafia] foi excluída, 50 deles citaram um motivo caracterizado como de ‘confiabilidade’”). Os tribunais que não aceitam especialistas em caligrafia desconsideram a utilidade do depoimento e se concentram no próprio referencial teórico. Veja, por exemplo, *Almeciga v. Ctr. for Investigative Reporting, Inc.*, 185 F. Supp. 3d 401, 407–08, 420 (SDNY 2016) (explicando que “a análise de caligrafia em geral é improvável que atenda aos requisitos de admissibilidade da Regra Federal de Provas 702” e fornecendo quatro razões para que tal análise falhe no inquérito Daubert).

¹⁷² Veja *infra* notas 174–183 e o texto que o acompanha. Como a alienação parental é uma construção mais liberal e recente da síndrome de alienação parental, esta parte pressupõe que, se a alienação parental não pode sobreviver ao escrutínio das evidências, a síndrome também não pode. Ver notas *supra* 160–171 e texto que o acompanha; notas *infra* 173–223 e texto que o acompanha.

A alienação parental também não é admissível quando se usam regras geradas pelo Estado para a admissão de depoimentos de especialistas. Ver *Alsheik v. Guerrero*, 956 NE2d 1115, 1127 (Ind. Ct. App. 2011), *rev.* Por outros motivos, 979 NE2d 151 (Ind. 2012); *State v. Mack*, 292 NW2d 764, 772 (Minn. 1980). Minnesota, por exemplo, usa um padrão particularmente rigoroso para o testemunho de especialistas. *Mack*, 292 NW2d em

772. No caso *State v. Mack*, decidido pela Suprema Corte de Minnesota em 1980, o tribunal acrescentou um limite adicional ao já mais rígido padrão Frye. Identificação. Isso cria uma regra que é ainda mais crítica para a metodologia de um especialista. Identificação.; veja *Alter*, nota *supra* 112, em 659 (explicando que, de acordo com o teste de Minnesota, uma teoria deve ser geralmente aceita e ter precisão com respeito ao padrão de fato ao qual está sendo aplicada). De acordo com o teste de Frye-Mack, os indivíduos que propõem um especialista devem atender a dois pontos: (1) as evidências devem ser geralmente aceitas em sua comunidade científica relevante e (2) a teoria deve ter confiabilidade fundamental. Ver *State v. Moore*, 458 NW2d 90, 97–98 (Minn. 1990) (explicando o teste de Frye-Mack em maiores detalhes); ver também *Alter*, nota *supra* 112, em 659. Conforme discutido na análise de aceitação geral sob Frye, a alienação parental não atende ao primeiro ponto do teste de Frye-Mack. Consulte as notas *infra* 174–183 e o texto que o acompanha. Mesmo ignorando o ponto geral de aceitação, o testemunho sobre a alienação parental não tem confiabilidade fundamental, conforme exigido por este teste. *Doe v. Arquidiocese de St. Paul & Minneapolis*, 17 NW2d 150, 168-71 (Minn. 2012). Os tribunais de Minnesota têm sustentado que uma teoria tem confiabilidade fundamental quando é encontrada em uma ferramenta de diagnóstico. Consulte *Rush v. Jostock*, 710 NW2d 570, 575 (Minn. Ct. App. 2006) (sustentando que um teste era confiável porque estava presente no DSM-IV). Por exemplo, em 2006 em *Rush v. Jostock*, um tribunal de apelações de Minnesota sustentou que um ortopedista poderia testemunhar um diagnóstico presente no DSM-IV-TR por causa de sua experiência médica e da confiabilidade da ferramenta diagnóstica. Identificação. em 573-77. Mais recentemente, Minnesota definiu a confiabilidade fundamental como baseada em princípios científicos confiáveis e validação independente. *Doe*, 817 NW2d em 168-71 (sustentando que uma teoria de memórias reprimidas não atendia ao padrão Frye-Mack). A teoria de que as memórias do trauma são reprimidas a ponto de ficarem inacessíveis é controversa, semelhante à alienação parental. Ver David J. Ley, *Forget Me Not: The Persistent Myth of Re -pression Memories*, P 2d em 168-71 (sustentando que uma teoria de memórias reprimidas não atendia ao padrão Frye-Mack). A teoria de que as memórias do trauma são reprimidas a ponto de ficarem inacessíveis é controversa, semelhante à alienação parental. Ver David J. Ley, *Forget Me Not: The Persistent Myth of Re -pression Memories*, P 2d em 168-71 (sustentando que uma teoria de memórias

reprimidas não atendia ao padrão Frye-Mack). A teoria de que as memórias do trauma são reprimidas a ponto de ficarem inacessíveis é controversa, semelhante à alienação parental. Ver David J. Ley, *Forget Me Not: The Persistent Myth of Repression Memories*, PSYCH. TODAY (6 de outubro de 2019), <https://www.psychologytoday.com/us/blog/women-who-stray/201910/forget-me-not-the-persistent-myth-repressed-memories> [https://perma.cc/L5F2-ZHQ8] (discutindo a controvérsia em torno das memórias reprimidas). Na década de 1990, os terapeutas começaram a encorajar as pessoas a explorar suas “[m]emórias [r]eprimidas”, resultando em inúmeras acusações de abuso sexual e cultos satânicos. Identificação. O FBI, porém, não conseguiu encontrar nenhuma evidência de cultos organizados de abusadores de crianças satânicos, e os pesquisadores de memória descobriram que as técnicas usadas para descobrir “[r]eprimidas [m]emórias” também funcionaram muito bem para implantar memórias falsas de coisas que nunca aconteceu. Identificação. Pa-

alienação parental sob o padrão Frye, e a subseção 2 examina o conceito sob o teste multifatorial articulado em Daubert.¹⁷³

1. A Falta de Aceitação Geral: A Falta de Admissibilidade

A alienação parental não é admissível segundo o padrão Frye porque falha no teste de “admissibilidade geral”.¹⁷⁴ Ao examinar se as evidências de especialistas são admissíveis segundo o padrão Frye, a questão é relativamente simples: a teoria proposta alcançou “aceitação geral” na comunidade profissional relevante?¹⁷⁵ Este teste questiona os princípios científicos subjacentes que apóiam a conclusão de um especialista; não aborda a própria conclusão.¹⁷⁶ O objetivo de usar o padrão Frye para avaliar evidências é garantir que os tribunais excluam um método que pretende ter certeza quando essas evidências são novas, novas ou inválidas.¹⁷⁷

A alienação parental não alcançou aceitação geral na comunidade de saúde mental e, portanto, não deve ser a base para o depoimento de um especialista admissível sob Frye.¹⁷⁸ Ele atrai críticas da comunidade científica e jurídica.¹⁷⁹ Notavelmente, o DSM-5 rejeitou a alienação parental, apesar das propostas dos defensores da teoria.¹⁸⁰ Embora o DSM-5 não seja o indicador exclusivo de aceitação geral no campo da saúde mental, sua rejeição da alienação parental é significativa, principalmente porque a versão mais recente da ferramenta de diagnóstico fez outras mudanças significativas nos diagnósticos para refletir os preconceitos de gênero.¹⁸¹ Além disso,

a alienação de aluguel não é encontrada em nenhuma ferramenta de diagnóstico, nem é baseada em hipóteses científicas ou submetida de forma consistente à revisão por pares. Ver Warshak, nota supra 142, aos 55 (exigindo pesquisas mais extensas sobre a alienação parental).

¹⁷³ Veja *infra* notas 184–209 e o texto que o acompanha.

¹⁷⁴ Ver *Frye v. United States*, 293 F. 1013, 1014 (DC Cir. 1923); notas *infra* 175–183 e texto acompanhante.

¹⁷⁵ *Frye*, 293 F. em 1014.

¹⁷⁶ *Identificação*.

¹⁷⁷ *People v. New*, 2014 IL 116306, ¶ 26 (explicando que Frye se destina a proteger o júri de testemunhos científicos inúteis e inválidos). O próprio DSM também alerta que a psiquiatria não é uma ciência exata. DSM-5, nota supra 13, aos 25.

¹⁷⁸ Veja *Frye*, 293 F. em 1014 (opinando que as provas científicas não são admissíveis em um tribunal, a menos que tenham alcançado aceitação geral no campo relevante).

¹⁷⁹ Ver Schwartz, nota supra 5, em 806-14 (fornecendo a história e controvérsia da síndrome de alienação parental e alienação parental); Wood, nota supra 20, em 1369-1377 (resumindo a controvérsia em torno da síndrome de alienação parental). Compare MEIER ET AL., nota supra 156, em 3 (criticando a alienação parental de uma perspectiva legal e feminista), e Walker & Shapiro, nota supra 74, em 267-68 (criticando o transtorno de alienação parental de uma perspectiva de saúde mental), com BERNET, nota supra 7, em 9-10 (articulando vinte razões pelas quais a alienação parental deve ser incluída no DSM-5 de uma perspectiva de saúde mental), e Schwartz, nota supra 5, em 840 (defendendo a alienação parental de uma perspectiva legal).

¹⁸⁰ Veja *APA Board of Trustees Aprova DSM-5*, nota supra 6

¹⁸¹ *Identificação*. O DSM-5 fez mudanças significativas em sua estrutura e diagnósticos. Ver, por exemplo, DSM-5, nota supra 13, em 451-59 (removendo “disforia de gênero”, onde o gênero vivenciado de uma pessoa não corresponde ao gênero atribuído a essa pessoa por outros, como um diagnóstico de saúde mental); Eu iria. em 50-59 (com

nenhuma organização profissional, seja qual for, reconheceu a existência de alienação parental.¹⁸² Conseqüentemente, a alienação parental não é admissível sob a Frye porque não alcançou aceitação geral na comunidade científica.¹⁸³

2. Sob Daubert

De acordo com o padrão Daubert, também, o testemunho de alienação parental é inadmissível.¹⁸⁴ Ao aplicar o padrão Daubert, os juízes devem considerar uma variedade de fatores para determinar a admissibilidade da metodologia de um especialista.¹⁸⁵ O primeiro fator de Daubert diz respeito à testabilidade.¹⁸⁶ Os defensores da teoria não elaboraram estudos para medir a validade e relevância da alienação parental.¹⁸⁷ Em vez disso, os teóricos contam com pesquisas e experiências pessoais, tornando a alienação parental virtualmente não testável.¹⁸⁸

triturar três diagnósticos anteriores - Transtorno Autista, Transtorno de Asperger e Transtorno Mental Invasivo sem Outra Especificação - em um único diagnóstico, Transtorno do Espectro do Autismo); veja também DSM-5, AUTISMO SOC'Y, <https://www.autism-society.org/what-is/diagnosis/diagnostic-classifications/> [<https://perma.cc/R5QL-9RUF>] (explicando que o DSM-5 redefiniu o diagnóstico de autismo).

¹⁸² *Mastrangelo v. Mastrangelo*, No. NNHFA054012782S, 2012 WL 6901161, em * 7 (Conn. Su-per. Ct. Dez. 20, 2012) (relatando a concessão de Gardner de que a síndrome de alienação parental não tinha sido geralmente aceita pela comunidade científica).

¹⁸³ *Veja, por exemplo, People v. Fortin*, 706 NYS2d 611, 614 (Nassau Cnty. Ct. 2000) (sustentando que a síndrome de alienação do pai não atende ao padrão estabelecido em *Frye* e, portanto, o testemunho sobre a síndrome não deveria ter sido permitido em um julgamento criminal). Embora *People v. Fortin*, decidido em 2000 por um tribunal do condado de Nova York, seja um caso criminal que trata da síndrome de alienação parental e não alienação parental, sua participação deve ser estendida nos estados de *Frye* para cobrir também a alienação parental. *Veja id.* A alienação parental decorre dos argumentos de Gardner, cuja proposta da teoria estava profundamente ligada à sua própria crença de que o aumento nas acusações de abuso sexual de crianças no contexto de um divórcio tinha uma "alta probabilidade de ser falso". GARDNER, nota supra 14, em 4. Como resultado, foi influenciado pela agenda de Gardner, e é difícil libertar a alienação parental da síndrome de alienação parental. Meier, nota supra 16, em 679-80 (acusando a alienação parental de ser um "instrumento velado" para a perpetuação do abuso parental e um preconceito direto contra as mães); ver Rich-ard Ducote, *Guardians Ad Litem in Private Custody Litigation: The Case for Abolition*, 3 LOY. J. PUB. euNT. L. 106, 141 (2002) (acusando a alienação parental de ser um transtorno inexistente usado como uma ferramenta contra sobreviventes de violência doméstica); Wood, nota supra 20, em 1373-75, 1382 (citando estudos que desacreditam as alegações de Gardner sobre "histeria" de abuso sexual).

¹⁸⁴ *Ver Daubert v. Merrell Dow Pharms., Inc.*, 509 US 579, 593-94 (1993); notas infra 185-209 e texto que o acompanha.

¹⁸⁵ *Veja Daubert*, 509 US em 593-94 (sugerindo que os juízes considerem os seguintes fatores não exaustivos na avaliação da confiabilidade de um especialista: (1) testabilidade; (2) sujeição à revisão por pares e publicação; (3) uma taxa de erro conhecida ou potencial; e, potencialmente, (4) aceitação geral).

¹⁸⁶ *Identificação*, em 593.

¹⁸⁷ *Ver BERNET*, nota supra 7, em 119 (reconhecendo que a pesquisa sobre teorias de alienação parental foi "atrasada e comprometida" devido a inconsistências de definição); veja também nota infra 190 e o texto que o acompanha (fornecendo uma visão geral da falta de estudos de alienação parental publicados em periódicos revisados por pares).

¹⁸⁸ *Ver Richard A. Warshak, Ten Parental Alienation Fallacies That Compromise Decisions in Court and in Therapy*, 46 PROF^{eu} PSYCH.: RSCH. & PRAC. 235, 235-46 (2015) (delineando equívocos comuns sobre a alienação parental com base em pesquisas e na experiência profissional do autor); ver

também Baker & Damall, nota supra³⁹, em 61-62 (destacando a preocupação metodológica sobre a incapacidade dos pesquisadores de diferenciar entre síndrome de alienação parental e estranhamento por

A alienação parental também não atende ao segundo fator de Daubert, que requer revisão por pares, porque nenhum estudo nacional e representativo do diagnóstico proposto foi publicado em periódico revisado por pares.¹⁸⁹ Isso significa que nenhum estudo foi realizado para avaliar a frequência desse alegado comportamento dos pais em relação aos filhos.¹⁹⁰ Os periódicos revisados por pares também geralmente não publicam pesquisas sobre alienação parental.¹⁹¹ Além disso, os profissionais de saúde mental não podem afirmar uma taxa conhecida de erro na alienação parental - um terceiro fator de Daubert - porque não existem estudos representativos.¹⁹² Finalmente, a comunidade científica não aceitou necessariamente as teorias de alienação parental, o fator final que os tribunais devem considerar.¹⁹³ Com base nos fatores Daubert explícitos, então, os tribunais que empregam esse teste não devem aceitar o testemunho de alienação parental.¹⁹⁴

A Corte Daubert também advertiu que os fatores explícitos fornecidos pela Corte não eram os únicos que deveriam ser considerados na avaliação de uma teoria científica.¹⁹⁵ Mais especificamente, o Tribunal de Daubert advertiu contra o fechamento

razões imatas). Veja geralmente BERNET, nota supra 7 (explicando as razões pelas quais a alienação parental deve ser admitida no DSM-5 e CID-11 com base nas experiências pessoais dos profissionais).

¹⁸⁹ Ver Warshak, nota supra 142, aos 55 (admitindo que os críticos chamaram a pesquisa de alienação parental de “fraca”).

¹⁹⁰ *Identificação*. Em vez disso, os defensores da alienação parental publicam e citam suas próprias pesquisas e estudos. Veja geralmente GARDNER, nota supra 14 (não oferecendo nenhuma pesquisa científica para apoiar seu argumento); Warshak, nota supra 188, em 246-49 (referenciando treze das obras do próprio autor para apoiar a existência de alienação parental). Gardner publicou a maioria de seus livros por meio da Creative Therapeutics, Inc., sua própria editora. Creative Therapeutics, OCANETA eUIBR., https://openlibrary.org/publishers/Creative_Therapeutics [<https://perma.cc/7CZM-H4UA>] (listando os trinta livros que a Creative Therapeutics publicou, todos de autoria de Gardner); veja RICHARD A. GARDNER, MISPERCEPTIONS VERSUS FATOS UMA ATAQUE RICHARD A. GARDNER, MD, (9 de junho de 1999), <http://www.fact.on.ca/Info/pas/misperce.htm> [<https://perma.cc/U8JL-GA8N>] (reconhecendo uma “percepção equivocada” de que Gardner publica seus livros por meio de sua própria empresa).

¹⁹¹ Ver Houchin et al., Nota supra 76, em 129 (apontando para uma falta de estudos empíricos revisados por pares sobre alienação parental). Ver geralmente Warshak, nota supra 188, em 246-49. Por não submeter sua pesquisa ao processo de revisão por pares, os teóricos da alienação parental perdem uma crítica significativa. Wood, nota supra 20, em 1412 n.345.

¹⁹² Ver Houchin et al., Nota supra 76, em 129.

¹⁹³ Veja supra notas 174-183 e o texto que o acompanha (explicando os motivos pelos quais a alienação parental não foi aceita pela comunidade científica geral e, portanto, não sobrevive ao escrutínio de Frye).

¹⁹⁴ *Daubert v. Merrell Dow Pharms., Inc.*, 509 US 579, 593-94 (1993) (detalhando os fatores explícitos a serem considerados na avaliação do testemunho de especialista sob Daubert).

¹⁹⁵ *Identificação*. em 594 (afirmando que o teste de Daubert é flexível). Os tribunais estaduais também alertaram contra a aplicação excessivamente mecânica desses fatores. *Miller v. Eldridge*, 146 SW3d 909, 918 (Ky. 2004) (criticando o tribunal de primeira instância por aplicar uma análise de Daubert muito “mecanicista” porque “[r]ígida a aplicação dos fatores de Daubert ... simplesmente aglomera metodologias como essas usado por [especialista em fluxo sanguíneo] em curas como mágica e óleo de cobra simplesmente porque as metodologias são novas”). A Suprema Corte do Kentucky em *Miller v. Eldridge* criticou fortemente a rejeição do tribunal inferior ao testemunho do especialista em fluxo

sanguíneo, argumentando que a aplicação de Daubert pelo Tribunal de Apelações do Kentucky não permitia a flexibilidade pretendida pelo padrão. Identificação. em 918-19.

nossa inovação na metodologia científica do tribunal.¹⁹⁶ Portanto, também deve ser considerado se a alienação parental é uma novidade.¹⁹⁷ Ao avaliar se a alienação parental é uma inovação, é instrutivo examinar outra síndrome proposta recentemente: síndrome da pessoa espancada (anteriormente síndrome da mulher espancada).¹⁹⁸

A síndrome da mulher agredida surgiu pela primeira vez como uma defesa legal para explicar por que as vítimas de violência doméstica assassinaram seus parceiros íntimos.¹⁹⁹ Profissionais de saúde mental e advogados observaram inúmeras vítimas de violência doméstica que atacaram seus cônjuges quando aparentemente não havia ameaça iminente como resultado do trauma.²⁰⁰ Ele tem sido considerado uma subcategoria do diagnóstico de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) no DSM desde o início da Revisão de Texto da Quarta Edição do DSM (DSM-IV-TR), o precursor do DSM-5.²⁰¹ Além disso, a síndrome da mulher espancada tem sido objeto de numerosos estudos revisados por pares e representativos, além de estudos de caso.²⁰²

¹⁹⁶ *Daubert*, 509 US em 593–94.

¹⁹⁷ *Por exemplo*, Eu iria. (exigindo uma abordagem que respeite a novidade de algumas teorias e metodologias científicas). O dicionário Merriam Webster define “inovação” como “uma nova ideia, método ou dispositivo” e “novidade” como algo “novo ou incomum”. Inovação, MERRIAM WEBSTER DICCIONÁRIO, <https://www.merriam-webster.com/dictionary/innovation> [<https://perma.cc/2MFK-WHAV>]; Novidade, MERRIAM WEBSTER DICCIONÁRIO, <https://www.merriam-webster.com/dictionary/novelty> [<https://perma.cc/39LE-3T4E>].

¹⁹⁸ *Veja geralmente* Walker, *Empirical Findings*, nota supra 86 (fornecendo uma visão geral conceitual da síndrome da mulher espancada). A síndrome da mulher agredida é uma categoria de PTSD sob o DSM-IV-TR que explica que as mulheres que sofreram violência doméstica se envolvem em comportamentos de “desamparo aprendido”. Identificação. em 145 (referenciando os estudos de Martin Seligman sobre o desamparo aprendido, por meio dos quais os animais, quando repetidamente expostos a estímulos adversos, acabavam aceitando a punição e não tomavam medidas para se salvar, mesmo quando podiam). A teoria da síndrome da mulher espancada de Walker construída sobre esta teoria: sobreviventes de violência doméstica que foram repetidamente expostas ao abuso não tomariam medidas para se ajudar porque aprenderam que a aceitação resultou no fim da violência. Identificação. em 145–46. Em 2002, a sintomatologia da síndrome da mulher espancada de Walker incluiu: (1) Critérios de PTSD de “[r] e-experienciando o evento,” “[n] umbing of responsiveness,” e “[h] yperrousal”; e (2) efeitos adicionais de “relações interpessoais interrompidas”, “[d] dificuldades com a imagem corporal / preocupações somáticas” e “problemas sexuais e de intimidade”. Identificação. em 147.

¹⁹⁹ Noel Rivers-Schutte, Nota, *História da Síndrome da Mulher Espancada - Uma Tentativa Caída de Redefinir o Padrão de Pessoa Razoável em Casos de Violência Doméstica*, SETON HTUDO VOCÊ.EREPÓSITÓRIO, 2013, em 1–5, https://scholarship.shu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1618&context=student_scholar_ship [<https://perma.cc/4S3U-5K9R>] (fornecendo uma história de mulher espancada síndrome).

²⁰⁰ Walker, *síndrome da mulher agredida*, nota supra 86

²⁰¹ *Identificação*. (declarando os critérios da síndrome da mulher espancada que foram incluídos no DSM-IV-TR). Em um de seus trabalhos seminiais, Walker articulou como os sintomas da síndrome da mulher espancada poderiam ser “incluídos” por um diagnóstico de PTSD. eUENORE AI CREDOALKER, *TELE BATTERADO COMÃ SYN-DROME 123-25* (1984). o *DSM-IV-TR* incluiu os comportamentos críticos para a definição de Walker de síndrome da mulher espancada, incluindo sintomas como revivência “recorrente e intrusiva. . . recoleções [e]. . . sonhos”, “evitação persistente de estímulos”, incluindo “sentimento de distanciamento ou estranhamento de outras pessoas” e “ gama restrita de afeto”. DSM-5, *DIAGNÓSTICO E STATÍSTICO MANUAL DE MENTAL DISORDERS 468* (texto da 4ª edição rev. 2000).

²⁰² Walker, *síndrome da mulher agredida*, nota supra 86

Embora tenha sua cota de críticas, a síndrome da mulher espancada alcançou aceitação geral relativamente rápido ao longo de vinte anos.²⁰³

Em comparação, a alienação parental é um conceito desde 1984 e ainda não alcançou aceitação geral na comunidade jurídica ou psicológica.²⁰⁴ Embora a teoria possa ter sido nova na década de 1990, quando foi proposta pela primeira vez em casos legais, certamente não é agora, trinta e seis anos depois.²⁰⁵ Conseqüentemente, a teoria não é mais uma forma nova ou inovadora de entender a relação entre os filhos e seus pais.²⁰⁶

No interesse de considerar outros fatores sob Daubert, os tribunais também devem considerar as possíveis ramificações de permitir o testemunho de um especialista sobre a alienação parental.²⁰⁷ Porque muitas vezes é levantado quando há uma alegação de abuso por parte de um dos pais, uma constatação de alienação parental está funcionalmente dizendo que **uma criança está mentindo sobre o abuso**.²⁰⁸ Ignorar essas alegações, ou considerá-las sem credibilidade com base em uma teoria controversa, **coloca os tribunais em risco de se tornarem culpados na perpetuação do abuso infantil**.²⁰⁹

C. Testemunho sobre alienação parental também é inadmissível por razões de política pública

Embora haja certamente razões probatórias para excluir o testemunho sobre a alienação parental em quase todos os padrões probatórios, existem

²⁰³ Ver Wendy McElroy, Battered Women's Syndrome: Science or Sham, INDEP. euNST. (28 de outubro de 2002), <https://www.independent.org/news/article.asp?id=11> [<https://perma.cc/XS76-UPCR>] (sugerindo que a síndrome da mulher espancada é um forma antifeminista de desculpar o comportamento das mulheres). A síndrome da mulher espancada foi teorizada pela primeira vez em 1979 e, em 2000, havia alcançado o reconhecimento pela comunidade psicológica e psiquiátrica, conforme evidenciado por sua presença no DSM-IV-TR. Walker, síndrome da mulher agredida, nota supra 86 A síndrome da mulher agredida também foi usada em processos judiciais no contexto de legítima defesa e negligência culposa. Ver *Mott v. Stewart*, No. 98-CV-239, 2002 WL 31017646, em * 6 (D. Ariz. 30 de agosto de 2002) (sustentando que o réu deveria ter sido autorizado a prestar testemunho sobre a síndrome da mulher espancada para negar sua culpabilidade em um caso de abuso infantil); *Pickle v. State*, 635 SE2d 197, 201, 203-04 (Ga. Ct. App. 2006) (sustentar que o testemunho sobre a síndrome da pessoa espancada era admissível para refutar um mens rea, ou elemento de conhecimento); *State v. Stewart*, 719 SE2d 876, 885 (W. Va. 2011) (permitindo que um especialista testemunhe sobre a teoria da síndrome da mulher espancada).

²⁰⁴ *Veja supra* notas 174-183 e o texto que o acompanha (argumentando que a alienação parental não alcançou aceitação geral na comunidade psicológica).

²⁰⁵ Walker, *Empirical Findings*, nota supra 86 (implicando que a síndrome da mulher espancada não é mais um conceito novo).

²⁰⁶ *Veja id.*

²⁰⁷ *Daubert v. Merrell Dow Pharms., Inc.*, 509 US 579, 594 (1993) (destacando a flexibilidade dos fatores de Daubert); ver notas *infra* 210-223 e texto anexo (apontando para o perigo que vem com a admissão do testemunho de especialista em alienação parental).

²⁰⁸ GARDNER, nota supra 14, aos 3 (sugerindo que muitas crianças mentem sobre o abuso sexual por causa de uma variedade de influências inerentes a uma disputa pela custódia de uma criança).

²⁰⁹ *Veja geralmente* MEIER ET AL., nota supra 156 (articulando as conclusões de que a alienação parental diminui a probabilidade de um tribunal considerar que uma alegação de violência doméstica ou abuso infantil é confiável).

também razões de política pública para o fazer.²¹⁰ Em primeiro lugar, rotular uma criança com al-ienation parental problematiza o que pode ser um comportamento muito normal.²¹¹ No passado, quando uma criança estava encenando ou parecia ter um transtorno de conduta, os profissionais de saúde mental sempre consideravam o ambiente doméstico como uma possível “causa” para o comportamento.²¹² Sob uma teoria de alienação parental, o foco muda da casa e do ambiente para o alegado transtorno mental da criança.²¹³ Além disso, os diagnósticos, seja de um psicólogo ou do tribunal, podem ter um impacto profundo nas crianças ao estigmatizá-las como doentes mentais.²¹⁴ Aceitar a alienação parental como uma teoria legítima e aplicável, então, pode prejudicar as crianças mais do que ajudá-las, especialmente quando a causa do comportamento problemático é provavelmente complicada.²¹⁵

Em segundo lugar, as partes frequentemente mencionam a alienação parental em casos que envolvem violência doméstica.²¹⁶ Os defensores da teoria geralmente concordam que a violência doméstica no lar é uma razão aceitável para a rejeição de um dos pais, mas eles não começam a abordar como determinar quando a violência doméstica é “real” e quando não é.²¹⁷ Os sintomas propostos de alienação parental também são surpreendentemente semelhantes ao PTSD, sugerindo que talvez os comportamentos de alienação parental resultem de uma exposição a traumas no lar.²¹⁸

210 Ver Walker e Shapiro, nota supra 74, em 266 (destacando as maneiras pelas quais um diagnóstico de alienação parental pode impactar negativamente as crianças). Embora as preocupações com políticas públicas possam não se encaixar na determinação de se uma teoria é uma evidência científica válida, elas podem ser instrutivas ao decidir o quão útil o testemunho realmente é em primeiro lugar. Veja Daubert, 509 US em 592-94 (sustentando que os fatores descritos em Daubert não são exaustivos).

211 Walker e Shapiro, nota supra 74, em 267.

212 Identificação.

213 Identificação.; ver Kate Allsop et al., Heterogeneity in Psychiatric Diagnostic Classification, 279 PSY-CHIATRY RSCH. 15, 21 (2019) (concluindo que o DSM-5, ao criar categorias diagnósticas, simplifica demais as experiências individuais de estresse).

214 Walker e Shapiro, nota supra 74, em 270.

215 Identificação. em 267-70; Craig Anne Heflinger e Stephen P. Hinshaw, Estigma na Pesquisa de Serviços de Saúde Mental para Crianças e Adolescentes: Compreendendo a Estigmatização Profissional e Institucional de Jovens com Problemas de Saúde Mental e Suas Famílias, 37 ADMIN. POLY MENTAL HEALTH 61, 64-67 (2010) (aplicando “estruturas de estigma existentes” para analisar as maneiras pelas quais o estigma em torno dos diagnósticos de saúde mental infantil pode ser prejudicial para as crianças e suas famílias).

216 Walker e Shapiro, nota supra 74, em 272; parecer EIER ET AL., nota supra 156, aos 5 (examinando a relação entre violência doméstica, alienação parental e “vitórias” e “perdas” no tribunal de família).

217 Walker e Shapiro, nota supra 74, em 272.

218 DSM-5, nota supra 13, em 271-74. A definição de PTSD do DSM-5 requer exposição a um trauma - como testemunhar violência doméstica - e um dos seguintes sintomas: (1) memórias angustiantes; (2) sonhos angustiantes; (3) flashbacks; (4) sofrimento psicológico na exposição a uma semelhança do evento traumático; ou (5) reações físicas. Identificação. Uma criança que se recusa a visitar os pais por medo declarado pode estar demonstrando um sintoma de PTSD ou de alienação parental, conforme proposto por Bernet. Identificação.; ver BERNET, nota supra 7, no app. A (explicando que uma criança que atende aos critérios de diagnóstico para transtorno de alienação parental evitará o pai). O tratamento para os dois comportamentos, entretanto, é muito diferente. Walker e Shapiro, nota supra 74, em 273. A

alienação parental sugere que a exposição ao pai temido resolverá a rejeição, ao passo que a exposição pode exacerbar ainda mais os sintomas de uma criança com TEPT. Identificação.

Finalmente, muitos consideram a alienação parental como uma forma de minar alegações de abuso genuínas.²¹⁹ A alienação parental é normalmente levantada nos casos em que as mulheres acusam os homens de serem abusivos, e tem um componente de gênero exclusivo que remonta ao seu início pelo Dr. Richard Gardner, apesar da terminologia neutra de gênero usada.²²⁰ Uma descoberta que envolve a alienação dos pais muitas vezes resulta em uma mudança na custódia, apenas para o pai que foi acusado de abuso.²²¹ Essas mudanças na custódia frequentemente são traumáticas para crianças que já experimentam sério medo em torno do pai rejeitado.²²² Além disso, se a alegação de abuso for verdadeira, colocar a criança com o pai abusivo pode colocá-la em uma posição incrivelmente perigosa.²²³

CONCLUSÃO

Embora as pessoas possam compreender a existência de abuso infantil no resumo, quando confrontadas com uma acusação concreta de abuso, pode ser difícil de acreditar. No contexto de um divórcio acalorado e contencioso, em que as emoções estão altas e a custódia está em jogo, algumas pessoas desacreditarão essas alegações de abuso porque veem um incentivo para que os pais mentem. A alienação parental é uma forma de racionalizar as alegações de abuso infantil e violência doméstica de uma forma que incorpore esses "incentivos".

Tentando explicar melhor o que viu como um aumento nas alegações injustificadas de abuso infantil, o Dr. Richard Gardner propôs a síndrome de alienação parental. Sua teoria original da síndrome de alienação parental, baseada em parte nos estereótipos de gênero, postulou que um dos pais - mais tipicamente a mãe -

219 MEIER ET AL., nota supra 156, às 3.

220 Walker e Shapiro, nota supra 74, em 275. Teóricas feministas muitas vezes veem a alienação parental como uma forma de culpar as mães, afastando as acusações do abuso do pai. Identificação. Na ausência de violência doméstica, a verdadeira guarda conjunta com responsabilidades compartilhadas é preferível porque alcança melhor a igualdade dos sexos. Identificação. As mulheres que buscam a responsabilidade compartilhada pelas crianças, então, não têm razão para inventar alegações de abuso, como sugeriu Gardner, porque isso resultaria em custódia exclusiva. Veja id. Mas veja GARDNER, nota supra 14, em 23-24.

221 Ver, por exemplo, MA v. AI, No. A-4021-11T1, 2014 NJ Super. Unpub. LEXIS 2887, em * 5 (Sup. Ct. App. Div. 15 de dezembro de 2014); ver também Reveal, Bitter Custody, nota supra 1 (descrevendo o abuso que as crianças Ionescu sofreram nas mãos de sua mãe, mesmo quando foram transferidas para sua casa).

222 Walker e Shapiro, nota supra 74, em 275; veja Reveal, Bitter Custody, nota supra 1 (detalhando a dificuldade emocional enfrentada por Ana Ionescu e seu irmão devido a atos de alienação parental).

223 *Veja US Divorce Child Murder Data, US Child Murder & Divorce: A Snapshot*, CTR.PARA JUD. EXCELÊNCIA, <http://www.centerforjudicialexcellence.org/cje-projects-initiatives/child-murder-data/> [<https://perma.cc/N2VR-6E3H>] (fornecendo uma visão geral das crianças assassinadas por seus pais abusadores no contexto de divórcios de alto conflito); ver também 58 crianças assassinadas por um pai que poderia ter sido salvo: Filicídio em tribunais de família nos Estados Unidos: um instantâneo divulgado

por Judicial Watchdog, CTR. PARA JUD. EXCELÊNCIA (5 de dezembro de 2016), <http://www.centerforjudicialexcellence.org/wp-content/uploads/2016/12/12516-Child-Murder-Release-for-website.pdf> [<https://perma.cc/MW4B-QRTV>] (examinando cinquenta e oito casos em que os tribunais colocaram crianças em contato com os pais que acabaram por assassiná-los).

toma medidas para afastar seu filho do outro pai. A síndrome permanece incrivelmente controversa, mesmo depois de ter sofrido inúmeras modificações. Os tribunais de família permitem evidências especializadas da síndrome de alienação parental e sua iteração mais moderna, alienação parental, embora não haja consenso neste momento sobre se esses especialistas devem ter permissão para testemunhar. De acordo com os padrões *Frye v. Estados Unidos* e *Daubert v. Merrell Dow Pharmaceuticals, Inc.*, bem como formulações baseadas no estado, o testemunho de especialistas a respeito da alienação parental não parece atender ao teste que qualquer um dos padrões exige para admissibilidade. Além disso, a aceitação equivocada da alienação parental traz uma séria preocupação com a segurança e o bem-estar das crianças e sobreviventes de violência doméstica. Como resultado, a teoria sobre a rejeição "injustificada" deveria,

UMALYSSA G.
RAO